

HISTÓRIA DA



PÁTRIA PORTUGUESA

APROVADA OFICIALMENTE

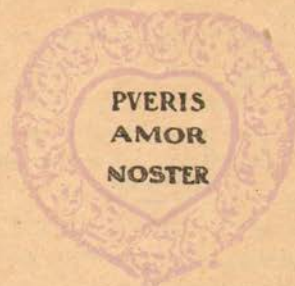
*Por Estefânia Cabreira e Oliveira Cabral
Ilustrações de Raquel Roque Gameiro*

LIVRARIA SIMÕES LOPES DE DOMINGOS BARREIRA, EDITOR
RUA DO ALMADA 123-TELEF. 1721- PORTO

ESTEFÂNIA CABREIRA - OLIVEIRA CABRAL

HISTÓRIA DA PÁTRIA PORTUGUESA

(APROVADO OFICIALMENTE)



LIVRARIA SIMÕES LOPES
DE DOMINGOS BARREIRA
===== (EDITOR) =====
R. DO ALMADA, 123 - PORTO

AOS SENHORES PROFESSORES

O compêndio da História de Portugal que apresentamos a V.^{as} Ex.^{as} dá às crianças que o utilizarem uma *visão de conjunto*, simples e clara, sobre a formação e evolução da Pátria Portuguesa.

Não abusámos da ilustração, porque pretendemos que o aluno se vá habituando a «ver» não apenas com os olhos mas também e principalmente com o cérebro. Dentro dêste critério, empregámos somente as ilustrações que nos pareceram indispensáveis para tornar atraente o estudo. As estampas são, porém, apresentadas com método, segundo um plano preestabelecido. Vão muitas delas impressas a côres, porque a côr é a alegria, acorda a curiosidade infantil, sem a qual, na Escola Primária, nenhum ensino é profícuo. A experiência mostra que a côr encanta as crianças.

As ilustrações têm uma assinatura consagrada, visto entendermos que para a Escola Primária não ilustra quem quere.

De-propósito espalhámos pelo texto aquela indispensável «dose de gravidade» que dá a entender à criança ser o estudo da História um «trabalho sério». Essa seriedade, que deve ser como o sal: nem demais — que torne o estudo pesado; nem de menos — que o infantilize em excesso, transformando-o em brinquedo — não torna, porém, menos agradável o estudo.

Fechamos estas breves considerações com uma frase dos «Lusíadas»:

Dai vós favor ao novo atrevimento.

ESTEFÂNIA CABREIRA
OLIVEIRA CABRAL.

PRÓLOGO

AOS NOSSOS QUERIDOS LEITORES PEQUENOS :

*Da Pátria Portuguesa a linda História
todos queremos conhecê-la bem,
sentir orgulho com a sua glória,
pois bem sabemos que Ela é nossa mãe.*

*Partilharemos sua dor, tristeza,
amando-a mais em horas de amargura.
E dos seus feitos de imortal beleza
contentamento nos virá, ventura.*

*Serão na vida para nós lições
os mil exemplos de amor-pátrio forte
de Nuno, Gama, de Cabral, Camões:
serão p'ra nós constante guia, norte.*

*¿Qual é o povo que se ufana, qual,
duma história que mais bela seja?*

*¿Qual é que a tem maior? ¿que a tem igual?
Nem Grécia ou Roma nos provoca inveja.*

*Amemos, pois, esta querida mãe,
a Pátria Portuguesa em dor ou glória.
E p'ra sabermos adorá-la bem
tenhamos fé no estudo, amor à História.*

HISTÓRIA DA PÁTRIA PORTUGUESA

Introdução

Portugal – A nossa linda terra está situada no ocidente da Europa: é uma nação europeia. Forma com a Espanha uma grande península — a Península Ibérica.

Há perto de 800 anos que é nação independente e mantém quasi as actuais fronteiras. Portugal é muito mais antigo que a Espanha e que a maioria dos países europeus. A sua história é cheia de heroísmos, encerra grandes lições de patriotismo, de fé, de sacrifício e nenhum povo do mundo tem história mais bela que a nossa. Por isso é uma honra ter nascido em Portugal e cada um de nós deve ter sempre bem vivo na sua alma o orgulho de ser português.

Primeiros Habitantes

Iberos – Os naturais da Ibéria eram os iberos. Eles formaram o primeiro povo da Península. Viviam da caça e da pesca, vestiam-se com peles de animais, não sabiam cultivar a terra, defendiam-se do tempo e das feras, abrigando-se nas cavernas.

Celtas – Os celtas vieram da Gália ou França. Também eram muito atrasados em civilização, mas menos que os iberos. Um dos sinais da sua fixação

aqui são os *dolmens* e a raiz de certos nomes que ainda existem na nossa língua.

Depois de várias lutas fundiram-se com os iberos e formaram o povo celtibero.

Fenícios – Gregos – Cartagineses – Também estes povos vieram estabelecer-se na Península Ibérica. Os fenícios eram audazes navegadores e percorreram todo o Mar Mediterrâneo e até parte do Atlântico. Vieram à Península em busca de riquezas naturais e com o fim de comerciarem.

Os gregos seguiram o rumo dos fenícios e estabeleceram colónias.

Os cartagineses, descendentes dos fenícios, dominaram e exploraram grande parte do litoral da Península. Tendo refinado no ofício de mercadores, enriqueceram muito e assim a república de Cartago provocou a inveja doutros povos, especialmente dos romanos.



Soldado romano

Romanos – Os habitantes do Império Romano, excessivamente ambiciosos, moveram guerra aos cartagineses para os expoliar do seu próspero comércio. Essa guerra terminou com a destruição de Cartago. Por esse motivo os romanos apoderaram-se da Península Ibérica. Mas não foi sem grande sacrifício que o conseguiram, porque os naturais resistiram heroicamente aos invasores.

Os que mais se distinguiram nessa resistência foram os

lusitanos, nossos antepassados, que eram comandados por Viriato, pastor da Serra da Estrêla. Como não pudessem vencê-lo em luta leal, os romanos compraram três lusitanos que mataram o seu chefe à traição.

Então os lusitanos elegeram seu comandante um exilado de Roma, chamado Sertório, e continuaram combatendo contra os intrusos.

Como, porém, os romanos tinham uma civilização muito adiantada, os lusitanos foram-se adaptando a ela. Isto concorreu para a sua submissão, tanto ou mais que a força das armas. Até a própria língua foi substituída, passando os povos ibéricos a usar a linguagem latina que através dos tempos deu origem ao português, ao espanhol e a outras línguas.

Cristãos e mouros

Os primeiros habitantes da Península, incluindo mesmo os romanos, acreditavam em muitos deuses — o que é um erro grosseiro. Quando Roma já dominava os territórios aquém Pireneus, nasceu na Palestina uma religião nova, ensinada por Jesus Cristo — o cristianismo.

Esta religião, espalhando-se pelo mundo ocidental, foi abraçada pelos habitantes da Península.

Passados 6 séculos, Maomet fundou na Arábia uma outra religião, a muçulmana, que se espalhou pelo Oriente, e pelo norte da África. Os maometa-



Guerreiro mouro

nos do norte da África, ou mouros, passaram o estreito de Gibraltar. Venceram os cristãos da Península e apoderaram-se de quasi todo o territorio. Os cristãos, perseguidos, fugiram para as montanhas das Astúrias e ali se organizaram para reconquistar as terras perdidas.

FIM DA INTRODUÇÃO

O condado portugalense

(D. Henrique e D. Teresa)

Duraram muitos séculos as guerras entre os cristãos e os mouros, acabando pela vitória definitiva dos cristãos. Numa das ocasiões em que as lutas estavam mais renhidas, vieram à Península dois fidalgos franceses, cristãos sinceros, para auxiliarem o rei de Leão, Afonso VI, nos combates contra os inimigos de Cristo. Um deles chamava-se Raimundo; e o outro, Henrique.



Conde D. Henrique de Borgonha

Ambos eram corajosos e, por isso, a ajuda que prestaram a Afonso VI foi de grande valor.

Tinha este rei duas filhas.

A primeira, de nome Urraca, casou com D. Raimundo e foi rainha

de Leão, por morte de seu pai; a segunda, chamada Teresa, casou com D. Henrique e foi condessa de Portugal.



Condessa D. Teresa, mãe do primeiro rei de Portugal.

Porém no espírito de D. Henrique e de D. Teresa nasceu sem demora o desejo de se libertarem do reino de Leão. Por isso empregaram persistentes esforços para ver se alcançavam a independência de Portugal, mas não o conseguiram.

D. Henrique tomou parte numa cruzada à Terra Santa, levado pelo seu espírito religioso. Faleceu primeiro que a esposa, e esta, assumindo o governo do condado, continuou a esforçar-se para conseguir a sua independência.

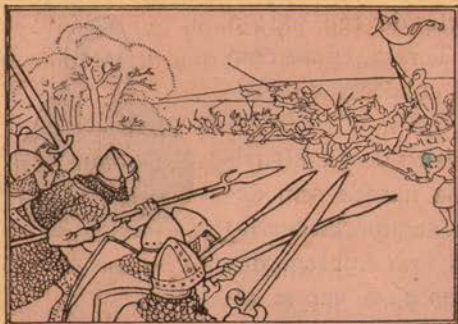
A independência de Portugal

(D. Afonso Henriques—Egas Moniz)

Os desejos de independência de Portugal, que o coração do conde D. Henrique albergava, transmitiu-os a D. Afonso Henriques o grande fidalgo Egas Moniz.

A este fidalgo confiara o Conde a educação do filho; não podia escolher melhor, porque Egas Moniz deu-lhe sempre os maiores exemplos de virtude.

Ora os fidalgos de Entre-Douro-e-Minho viam com maus olhos a influência que o conde de Trava tinha no governo do condado e por isso aconselharam o jovem Afonso a reclamar da mãe a entrega do governo. Como ela se negasse a atendê-lo, apoiada por



Batalha de S. Mamede
Primeira vitória de D. Afonso Henriques

Fernão Peres, a questão foi resolvida pelas armas na célebre batalha de S. Mamede, perto de Guimarães. O exército de D. Teresa foi derrotado.

Em virtude da vitória, D. Afonso Henriques assumiu logo o governo do território português.

Seu primo, D. Afonso VII, que então governava Leão, para obrigar Afonso Henriques a prestar-lhe vassalagem, invadiu o condado e veio pôr cerco a Guimarães. Diz-se que Afonso Henriques, como não tivesse meio de romper o cerco, prometeu vassalagem ao primo.

Fundação da nacionalidade portuguesa

(1143)

D. Afonso Henriques, em vez de prestar a vassalagem de que Egas Moniz ficara por fiador, organizou um aguerrido exército e invadiu os territórios de seu primo. Alcançou sobre as tropas leonesas a vitória de Cerneja. Mas estas lutas entre os dois reis não podiam prolongar-se mais, porque os mouros começavam a aproveitar-se delas para se apoderarem de territórios cristãos. E, como tivessem conquistado Leiria, Afonso Henriques fez com seu primo umas *tréguas* que lhe permitiram reaver aquela fortaleza.

Uma vez reconquistada, continuou guerreando os mouros e derrotou-os na célebre batalha do Campo de Ourique, entre Leiria e Santarém.

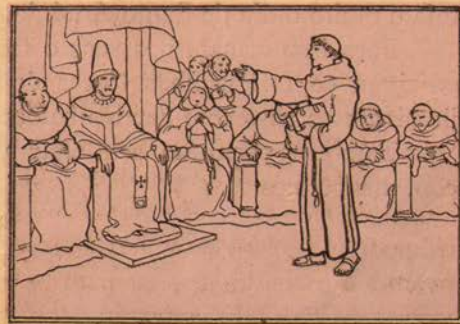
Em 1143, veio um representante do Papa assistir em Zamora à realização do tratado em que o rei de Leão reconhecia o título de rei ao heróico Afonso Henriques e em que finalmente *Portugal era declarado um reino independente*. Pouco tempo depois, em virtude da justa autoridade que o Sumo Pontífice exercia sobre as monarquias cristãs, o novo rei colocou os seus territórios sob a protecção da Santa Sé, declarou-se seu vassalo e comprometeu-se a pagar-lhe anualmente quatro onças de ouro.

A instrução nos primeiros tempos da monarquia

(Santo António de Lisboa)

O pensamento da guerra era quasi o único que dominava o espírito da Nação nos primeiros tempos da monarquia

portuguesa. Por isso a instrução nesses tempos antigos era tão pouca, que muitas vezes nem os próprios reis sabiam ler. As escolas que



Santo António de Lisboa, pregando em Itália perante o concílio dos cardeais, presidido pelo Sumo Pontífice

havia existiam nos conventos e o seu ensino era destinado principalmente ao clero. Na do convento de Santa Cruz de Coimbra, que D. Afonso Henriques fundou e em cuja igreja repousam os seus ossos, bem como os de seu filho, D. Sancho I, estudou o célebre Santo António de Lisboa — o santo português mais querido do nosso povo.

O seu nome de baptismo era Fernando, mas, quando professou na Ordem dos Frades Mendicantes de São Francisco de Assis, mudou-o para Frei António de Santa Cruz. Pretendeu ir pregar a religião em Marrocos, porém o navio em que viajava, impellido por uma terrível tempestade, aprouu às costas da Sicília.

Desembarcou, e, depois de se apresentar a São Francisco de Assis, que o recebeu com o maior affecto, começou a sua pregação pela Itália e pela França.

Foi o maior orador sagrado do seu tempo e deslumbrou, pela sua extraordinária eloquência, o próprio Papa que então governava a Igreja Católica.

O túmulo d'este grande português encontra-se na cidade italiana de Pádua. As crianças de Lisboa festejam muito o dia de Santo António, 13 de Junho.

Para isso armam nas ruas o trono do Santo, que enfeitam com figurinhas tôscas de barro, e de noite iluminam as ruas com alegres balões de côr.

Também põem no seu altar vasinhos pequenos com mangericos.

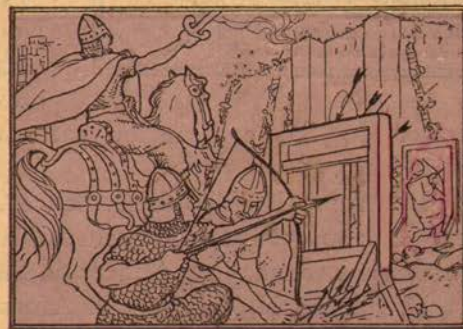
Alargamento do território

(D. Afonso Henriques a D. Afonso III)

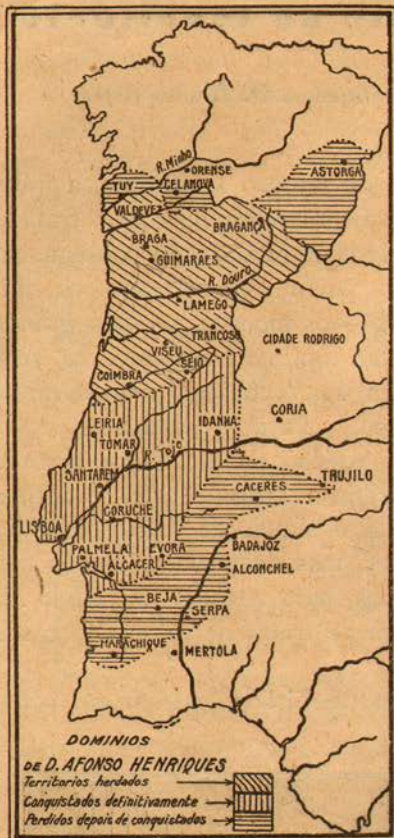
O primeiro sonho de Afonso Henriques, a independência de Portugal, ficara realizado com o tratado de Zamora. A sua segunda ambição maior consistia em aumentar o território pátrio, combatendo os inimigos da religião cristã — os mouros. A essa grande empresa consagrou, com óptimo resultado, os seus maiores esforços. Em 1147 conseguiu apoderar-se de Santarém e Lisboa. Para a conquista desta última cidade, recebeu valioso auxílio duma armada de cruzados, que se dirigia a Jerusalém, na Palestina. Levava o fim de libertar o túmulo de Cristo do poder dos adeptos de Maomet, mas demorou-se alguns meses no cêrco de Lisboa para atender o pedido de Afonso Henriques e por se tratar de combater os inimigos da Cruz.

Depois da tomada de Lisboa, caíram em poder do nosso primeiro rei Sintra, Palmela e Alcácer do Sal.

Mais tarde apoderou-se de Évora e Beja, com o auxílio de grandes guerreiros portugueses que



D. Afonso Henriques dirigindo o ataque a Lisboa



Alcácer do Sal e a maior parte das praças ao Sul do Tejo.

D. Afonso II, filho de D. Sancho, a-pesar-de não ter o espírito combativo de seu pai, hostiliza também os mouros e retoma-lhes Alcácer do Sal.

D. Sancho II, filho de D. Afonso II, em quem parece ter renascido o espírito de Afonso Henriques, conquista a cidade de Elvas, ao Norte do Alentejo e

muito honram a nossa História.

Os seus sucessores continuaram lutando com o mesmo fim: a expulsão dos mouros do território que hoje ocupamos. Assim: D. Sancho I, seu filho, ajudado também por uma armada de cruzados, conquista Silves, no Algarve, a mais rica cidade que os mouros tinham no extremo da Península Ibérica. Mas estes, recebendo socorros de Marrocos, país ao Norte da África, reconquistam-na em breve, bem como

a cidade de Tavira, belo pôrto de mar no Algarve. Em seu poder, reconquistando-as, caem quasi tôdas as vilas compreendidas entre êstes dois pontos, tais como: Serpa, Mértola, Juromenha, Cacela, etc.

Quere dizer: por pouco não dá a Portugal as fronteiras que hoje tem.

D. Afonso III, seu irmão, conquistou a cidade de Faro e concluiu assim a expulsão dos inimigos da nossa Pátria e da religião de Cristo — os mouros.

Este empreendimento não existia apenas no pensamento dos reis; era o desejo maior de todo o povo português dêsses tempos. Grandes guerreiros da nossa terra se tornaram então célebres e dentre todos sobressaem Mem Ramires, Geraldo-sem-Pavor e Gonsalo Mendes da Maia.

Mem Ramires

Deve-se a êste herói o maior ardor na conquista de Santarém. Foi êle que convenceu Afonso Henriques a assaltar de noite a terrível fortaleza, situada no alto dum cabeço, donde dominava o fecundo vale do Tejo. No maior segrêdo saíu de Coimbra a legião de guerreiros que o rei comandava e que havia de conquistar a praça. Gastaram quatro dias na viagem, porque só marchavam de noite, para que os mouros de Santarém não pudessem ser avisados da sua aproximação. No último dia, os cristãos estiveram escondidos num campo de trigo até que, noite cerrada, Mem Ramires com alguns guerreiros se



D. Sancho II

aproximou do castelo e lançou-lhe uma alta escada. Esta caiu com grande ruído e sobressaltou as sentinelas mouriscas. Mem Ramires esperou algum tempo e encostou outra escada à muralha. Subiu com o punhal nos dentes, seguido dos companheiros. Uma vez em cima, apunhalaram tôdas as sentinelas que iam encontrando e arremessaram-nas da muralha para fora do castelo.

Combatendo sempre aos gritos de Santiago! Rei Afonso!, penetraram na cidade. Depois de porfiados esforços, conseguiram, com um malho que os portugueses lhes atiraram de fóra, arrombar uma porta. Por ela entrou Afonso Henriques com os homens que comandava.

Os mouros, alarmados, tomaram armas e durante tôda a noite se combateu na cidade. Morreram muitos guerreiros de parte a parte; mas, de manhã, o Sol iluminou mais uma cidade cristã — Santarém, até aí considerada inexpugnável. E êste feito deve-se ao ardil e à coragem dum português de lei — o afamado Mem Ramires.

Geraldo-sem-Pavor

Outro herói notável que, a D. Afonso Henriques prestou grandes serviços, foi Geraldo Galdes, a quem puseram o epíteto de Geraldo-sem-Pavor. Conquistou Évora e outras povoações, obrigando-as a aceitar o domínio português.

Geraldo conquistou também Cáceres, Serpa e Juromenha, perto de Badajoz.

Gonsalo Mendes da Maia

Pelo seu ardor nos combates, foi dada a êste guerreiro a designação de «Lidador». Tomou parte na batalha de São Mamede, ao lado de Afonso Henriques. Era temido pelo conde de Trava e por todos os que hostilizavam a independência e o engrandecimento de Portugal. Os mouros tiveram sempre nêle um inimigo valoroso; e o rei Afonso e a religião de Cristo, um paladino incansável.

O seu último feito de armas praticou-o nos arredores de Beja, de cuja cidade era governador.

No dia em que fez 95 anos, acompanhado de Mem Moniz e dos filhos de Egas Moniz, saiu da cidade em procura dos inimigos que haviam acampado perto e se preparavam para a acometer.



Gonsalo Mendes da Maia

O comandante dos mouros, chamado Almoleimar, viu-se de-repente em face do velho mas forte «Lidador». Ao fim de pouco tempo de combate, caíram ambos, mal-feridos. Os nossos acudiram ao chefe e afastaram-se com êle, escorrendo sangue. Quando os mouros, derrotados, começavam a fugir, receberam um reforço e voltaram à luta. Então o «Lidador» pediu que o ajudassem a montar a cavalo e lhe dessem a sua espada. Mal curado, voltou à luta; a ferida que Almoleimar lhe fizera num ombro rompeu de novo a jorrar sangue, até que Gonsalo Mendes

cafu morto. A-pesar disso os portugueses venceram, tendo seguido corajosamente o exemplo de valentia e sacrificio que o seu heróico chefe dera a todos durante a renhida luta.

Povoação das terras conquistadas

(D. Sancho I)

O filho e herdeiro de D. Afonso Henriques mereceu bem o título de «povoador», que a História lhe dá. Êle sabia bem que um país só vale pelos habitantes que nêle vivem e por isso occupou-se cuidadosamente em conseguir a fundação de muitas povoações, para o que attraiu a Portugal abundância de cruzados. Êstes, estabelecendo-se na nossa terra, podiam enriquecer pela agricultura, visto que o solo era fértil, e servir a sua fé religiosa, porque, para Sul, continuavam dominando os crentes de Maomet.

Depois da perda de Silves, o antigo deão daquela cidade, de nome Guilherme, natural de Flandres, fôra visitar a sua terra natal e, no regresso, trouxera em sua companhia, de combinação com D. Sancho I, uma grande colónia de estrangeiros. A parte deles deu o rei grandes terras entre Santarém e Alenquer, onde fundaram a vila dos francos, que se chamou Azambuja. Outros estabeleceram-se entre o Tejo e o Sado e fundaram Sezimbra.

Nesta tarefa da povoação do reino foi o monarca auxiliado pelas



D. Sancho I

Ordens Religiosas que promoviam o arroteamento do solo, abriam caminhos, faziam pontes, etc.; por grandes fidalgos e bispos, como Pedro Afonso, meio irmão do rei, que criou os concelhos de Pedrogam, Arega e Figueiró; e pelo bispo de Lisboa, D. Sueiro, que fundou Alhandra.

O exemplo do rei obteve, pois, o melhor êxito e a êle se deve a prosperidade que Portugal atingiu nesses tempos recuados da nossa História.

O clero, a nobreza e o povo

Antigamente, em tóda a Europa civilizada, a nação compreendia três classes de habitantes com direitos, funções e trajas diferentes: o clero, a nobreza e o povo. Dentro de cada uma destas classes havia hierarquias ou graus variados.

Clero

A classe do clero era formada pelos curas das freguesias, os abades, os bispos e, como chefe supremo, o Papa, que habitava, como hoje, em Roma. Esta classe era a mais instruída e consagrava-se ao serviço da religião de Cristo.

Tinha vestuários próprios, que usava mesmo na rua. Exercia uma grande influência nas outras duas classes, nobreza e povo, em virtude da acção espiritual que nelas exercia, desde o nascimento à morte.

Nobreza

A classe dos nobres compreendia primitivamente os *ricos-homens* e os *infanções*. Os ricos-homens administravam os *distritos* ou *terras* em nome do rei. Os infanções eram os fidalgos imediatamente inferiores aos ricos-homens. Havia, a seguir, os *cavaleiros*, isto é, indivíduos que haviam sido admitidos na ordem da *cavalaria*. Abaixo dos cavaleiros, havia os *escudeiros*, dos quais uns eram nobres e outros não. Os filhos dos nobres, antes de, por falta de idade, passarem a escudeiros e mais tarde a cavaleiros, eram designados pelo nome de *donzéis*.

A Ordem de Cavalaria, que congregava todos os nobres ou fidalgos, era muito importante nesse tempo e impunha a todos os cavaleiros deveres que eles eram obrigados a cumprir. O principal era o de defenderem em toda a parte as mulheres, os órfãos e os oprimidos.

Todos os fidalgos eram *vassallos de el-rei*, porque recebiam dele mais ou menos benefícios ou em terras ou em dinheiro. A todos pertencia também a obrigação de defenderem a Pátria e a Religião.

Povo

O povo era formado por todas as pessoas que não pertenciam às classes do clero e da nobreza. Compreendia, pois, todos os trabalhadores ou do campo ou das oficinas, os comerciantes, os físicos ou médicos, etc.

No princípio estava dividido em duas classes principais: os *cavaleiros-vilãos* e os *peões*.

Cavaleiros-vilãos eram os indivíduos que tinham terras e, por isso, eram obrigados, em tempo de guerra, a prestar serviço militar a cavalo.

Peões eram os populares que não tinham meios para sustentar cavalo e por isso combatiam a pé.

Correspondiam, portanto, à moderna infantaria. A sua principal arma era a *bésta*. Com a bésta, conforme a sua qualidade, arremessavam setas, balas de barro, ou balas de chumbo.

Entre as classes populares, havia também a dos *malados*, isto é, os mais pobres, que não tinham propriedade alguma, viviam em casa alheia e cultivavam as terras dos outros. A esta classe pertenciam também os *criados de servir* e os *escravos*.

A pior situação era a dos escravos, porque os donos podiam espancá-los, vendê-los e até matá-los sem que nenhuma autoridade os incomodasse por isso.

Os concelhos

Actualmente os concelhos constituem uma divisão administrativa de território, superior à freguesia e inferior ao distrito, e têm, como autoridade, o administrador do concelho.

Nos primeiros tempos da



Côrtes de Afonso III, em que pela primeira vez tomaram parte representantes do Povo.

monarquia portuguesa eram muito diferentes. Formavam agregados de população com uma relativa autonomia e regiam-se por uma lei chamada *foral*, que lhes era concedida pelo rei, pelos grandes senhores, pelos bispos, mas sobretudo pelo rei.

Os forais variavam de concelho para concelho, porque tinham em vista atender os interesses dos habitantes. Êsses eram diferentes de terra para terra. Aos primeiros reis convinha-lhes muito a criação e desenvolvimento dos concelhos, porque êles os auxiliavam nas lutas com a nobreza e com o alto clero.

Os concelhos tinham o direito de eleger magistrados e, pelo andar dos tempos, os reis deram-lhes representação nas côrtes. As primeiras em que tomaram parte foram as de Leiria, realizadas em 1254, no tempo de D. Afonso III.

Medidas de fomento e instrução

(A marinha, o comércio e a indústria; fundação da Universidade — D. Deniz e D. Fernando)

A monarquia portuguesa foi, nos primeiros tempos, principalmente agrícola. Os reis, os fidalgos, os bispos, os conventos — todos tinham terras que arrendavam. Com o produto do rendimento delas satisfaziam as despesas da sua manutenção. Foi desta maneira que, pouco a pouco, se fomentou ou desenvolveu a agricultura.

Entre os reis que mais trabalharam pelo fomento da cultura dos campos, sobressaem D. Deniz e D. Fernando.

D. Deniz, filho de Afonso III, promoveu a fundação de muitas povoações, distribuindo, a trôco dum pequeno aluguer, muitas terras pelo povo. Mandou enxugar pântanos e semear o pinhal de Leiria para segurar as areias do mar, que estragavam as terras baixas. Ordenou que fôsem arroteados todos os campos que estavam abandonados.

A êste grande rei se deve a exploração de minas de prata, ferro, cobre e chumbo; o desenvolvimento das indústrias de coiros e tecidos; o estabelecimento de muitas feiras, o que facilitava o comércio; progresso da nossa marinha, dando assim impulso à indústria da pesca e à preparação de marinheiros, o que, mais tarde, tornou possível realizarem-se os grandes descobrimentos marítimos. Fundou também a *Bôlsa do Pôrto*, que foi ao mesmo tempo uma associação comercial e de seguro marítimo.

Passados anos, o bisneto dêste rei imortal, D. Fernando, continuou e aperfeiçoou a sua obra com duas leis importantíssimas — a *lei das sesmarias* e a *lei da marinha*.

A lei das sesmarias ordenava aos donos das terras a obrigação rigorosa de as cultivarem ou arrendarem. Não podendo ou não querendo cultivá-las, eram-lhes tiradas pelas justiças reais e arrendadas em benefício público da povoação. A mesma lei proibiu a vadiagem e a mendicidade. Os que não



D. Deniz

quisessem trabalhar eram presos e açoitados da primeira vez e se teimassem em não trabalhar eram segunda vez açoitados e, depois, expulsos do reino. Quanto aos mendigos, eram todos obrigados a trabalhar na agricultura desde que não tivessem doença que os impedisse disso.

A lei da marinha dava grandes facilidades e vantagens aos indivíduos que quisessem construir navios de 50 ou mais toneladas. Por essa lei podiam cortar nas matas reais, para a construção dêles, as madeiras que precisassem, não pagavam impostos dos materiais necessários que importassem e, depois de armados e postos a navegar, eram os donos dispensados do pagamento de contribuições, do serviço militar e gozavam ainda muitas outras regalias.

Para proteger os armadores de navios, reformou a Bôlsa de Lisboa e a Bôlsa do Pôrto. Todos os possuidores de navios pagavam para essas bôlsas dois por cento do lucro da carga e assim, quando algum navio naufragasse ou tivesse avaria, a Bôlsa pagava ao armador as despesas da reparação ou da construção de novo navio.

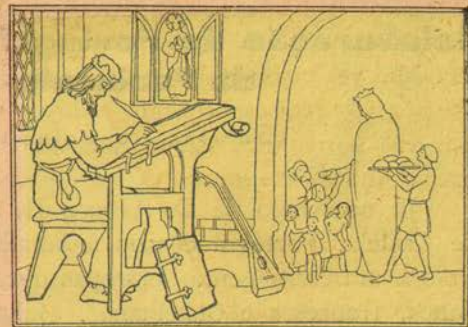
Com estas sábias medidas conseguiu D. Fernando que Portugal viesse a ter uma grande marinha. Quere dizer: sem a acção de D. Fernando não teria sido possível a empreza homérica do Infante D. Henrique.



D. Fernando

Nem só do fomento das indústrias, agricultura e comércio pode nascer o bem-estar da Nação — é preciso também desenvolver a ins-

trução pública. D. Deniz, o mais ilustrado dos reis da primeira dinastia, compreendendo bem isso, determinou que em cada convento se dupli-



D. Deniz e Santa Isabel

casse o número dos frades ocupados nos serviços de instrução e, para os altos estudos, fundou em Lisboa os Estudos Gerais ou Universidade, mais tarde transferidos para Coimbra, onde ficaram definitivamente no tempo de D. João III.

Movida pela caridade cristã, a santa espôsa de D. Deniz, D. Isabel, — a Rainha Santa — fez quanto bem podia aos desgraçados. Por isso, a cidade de Coimbra, que se orgulha de ter, na igreja do Convento de Santa Clara os seus restos mortais, todos os anos realiza com grande pompa as festas da Rainha Santa Isabel.

Colaboração de Portugal na defesa da Península

(Batalha do Salado)

Já no tempo de D. Afonso II, a pedido do rei de Castela, Portugal enviou à batalha de Navás de Tolosa um contingente de tropas que, ao lado de italianos, franceses e castelhanos, ajudaram a derrotar os mouros. Com tal valentia essa legião de portugueses se bateu, que causou a admiração de todos os aliados cristãos.

D. Afonso II não pudera ir comandar os seus vassallos, porque o auxílio lhe foi pedido quando estavam mais acesas as lutas com as irmãs. Essas lutas eram por causa dos castelos e povoações que seu pai, D. Sancho I, lhes legara em testamento. Não queriam elas reconhecer nas suas terras a autoridade do irmão. O Papa, que foi consultado, confirmou-lhes apenas o usufruto e deu ao rei o direito de nomear os alcaides desses castelos, para que a Nação Portuguesa não se dividisse em muitos pequenos estados que os mouros facilmente conquistariam.



D. Afonso II

Teve, pois, razão o rei em não cumprir à risca o testamento de D. Sancho I, seu pai; e o Papa procedeu inteligentemente em sancionar a política de D. Afonso II.

Outra ocasião em que os portugueses ajudaram a defender a Península Ibérica das ambições dos inimigos de Cristo, foi quando se feriu a célebre batalha do Salado.

O rei de Castela estava casado com uma filha do nosso rei Afonso IV e, pelo mau tratamento que dava à espôsa; já tinha havido encarniçadas lutas entre Portugal e Castela. Na época em que o rei de Marrocos passou à Península com numerosas tropas já estava feita a paz entre os dois reis, mas os ressentimentos continuavam de parte a parte. Por isso o rei de Castela, que se havia reconciliado com a espôsa, por influência do Papa, mandou-a partir para Portugal a solicitar do pai auxílio contra os mouros.

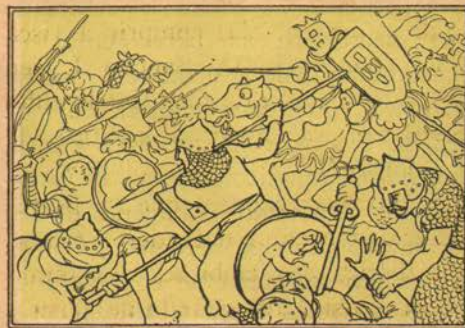


D. Afonso IV

O perigo dos cristãos de Castela não podia ser maior, e a luta seria de vida ou de morte.

D. Afonso IV mandou uma esquadra, sob o comando de Manuel Peçanha, reforçar a armada castelhana e, por terra, um exército que êle próprio comandou.

Nas margens do rio Salado se deu a medonha batalha que durou todo o dia e em que as águas do rio correram vermelhas do sangue de inúmeros mouros e de muitos cristãos feridos ou mortos. Mas os cristãos venceram ao cair da tarde, e D. Afonso IV tais maravilhas obrou com os seus



Batalha do Salado

homens, que lhe puseram com justa razão o título de «bravo».

No final da batalha quis o rei de Castela que o sôgro retirasse do riquíssimo espólio deixado pelos mouros fugitivos uma parte grande. Afonso IV negou-se a isso. Apenas trouxe para Portugal um prisioneiro, príncipe sarraceno, sobrinho do rei de Marrocos, e algumas espadas e bandeiras que tomara ao inimigo. Seriam a recordação daquele memorável feito de armas, que salvou na Península a liberdade dos habitantes e a religião do Nazareno.

Lutas com Castela

Casamento de D. Beatriz com D. João I de Castela

Outra das causas das desavenças entre D. Afonso IV e seu genro, o rei de Castela, foi o facto d'êlê não querer deixar vir para Portugal, D. Constança, noiva de seu filho e herdeiro, D. Pedro I. Antes da batalha do Salado fizeram-se as pazes entre os dois países e êsse casamento pôde realizar-se. Mas no séquito de D. Constança vinha uma senhora de rara formosura, D. Inez de Castro, com quem D. Pedro, desde o primeiro momento, simpatizou imenso. D. Constança faleceu poucos dias depois do nascimento de seu filho D. Fernando, futuro príncipe herdeiro. Consta que D. Pedro casou então secretamente com D. Inez de Castro, mas que o Papa não legitimou êsse casamento.

Alguns fidalgos, entre os quais se salientaram Álvaro Gonsalves, Pedro Coelho e Diogo Lopes Pacheco, conseguiram convencer D. Afonso IV de que a independência de Portugal corria perigo, enquanto durasse a união de D. Pedro e D. Inez. Isto, porque os irmãos dela, poderosos fidalgos castelhanos,



D. Pedro I

havia de tramar mais tarde a morte do herdeiro legítimo, D. Fernando, para pôrem no trono um dos sobrinhos, filho de D. Inez. Com estas razões convenceram D. Afonso IV a consentir na morte de D. Inez de Castro. Aqueles três fidalgos, estando D. Inez «nas casas do Mosteiro de Santa Clara», em Coimbra, assassinaram-na na ausência de D. Pedro, que havia saído à caça. Então êste revoltou-se contra o pai, a guerra acendeu-se em diferentes pontos do país e veio a terminar por influência de D. Beatriz, esposa de Afonso IV.

Após a morte de seu pai, D. Pedro, a-pesar-de ter prometido perdoar aos assassinos de D. Inez, vingou-se mandando-os matar bárbaramente. Trouxeram-nos a Santarém, vindos de Castela, com excepção de Diogo Lopes Pacheco que conseguiu fu-



D. Pedro folgando com o Povo

gir. E para honrar D. Inez de Castro, mesmo depois de morta, mandou trasladar o cadáver para Alcobça, para a igreja dos monges de Cister e encerrá-la num túmulo artístico. Ao lado dêsse túmulo quis o seu próprio, onde jaz. Êsses dois túmulos constituem a admiração de tôdas as pessoas que visitam o notável templo de Santa Maria de Alcobça.

D. Pedro foi um rei muito popular não só pela justiça recta que applicava, fôsse a quem fôsse, como pela sua lhaneza com o povo. Muitas vezes saía à noite para a rua a tomar parte nos seus folguedos.

1.^a Guerra com Castela:

Como atrás vimos, D. Fernando era filho de D. Constança Manuel, grande fidalga castelhana, por parte da qual era neto do rei Fernando III, de Castela.

Pelo lado de seu pai, era neto de D. Brites, espôsa de D. Afonso IV, e por sua avó, era bisneto de Sancho, o bravo, outro rei de Castela.

Em Castela, os filhos do rei Afonso XI disputaram um ao outro a corôa; e o bastardo, Henrique de Trastâmara, ficou vitorioso por ter assassinado seu irmão Pedro, o cruel. Dêste, era D. Fernando legítimo herdeiro; e resolveu o nosso rei, incitado por alguns fidalgos castelhanos refugiados em Portugal, conquistar ao usurpador a corôa de Castela.

Chegou a cunhar moeda com as armas de Portugal e Castela, e a dominar algumas cidades daquele país. Porém, depois de várias peripécias da guerra, foi mal sucedido. Comprometeu-se então a casar com uma filha de Henrique de Trastâmara, chamada Leonor, a-pesar-de, logo ao princípio da guerra, ha-

ver tomado o compromisso de casamento com a filha do rei de Aragão, seu aliado, igualmente com o nome de Leonor.

2.^a Guerra com Castela:

D. Fernando desistiu também de casar com a princesa Leonor, filha de Henrique de Trastâmara. Consorciou-se com D. Leonor Teles, de quem não teve, infelizmente, filho varão, o que punha em perigo a independência nacional.

Henrique de Trastâmara, em face dêstes acontecimentos e ainda porque D. Fernando se aliou ao duque de Lencastre, também pretendente ao trono de Castela, resolveu invadir Portugal e foi cercar Lisboa que resistiu valentemente.

Esta resistência não obistou a que Henrique de Trastâmara dominasse em Portugal que tinha invadido por diferentes pontos, e obrigasse D. Fernando a aceitar uma paz que nos foi prejudicial.

3.^a Guerra com Castela:

A Henrique de Trastâmara sucedeu no trono de Castela, seu filho D. João I. D. Fernando julgou chegada uma nova ocasião de conseguir ser rei daquele país. O mesmo pensamento, mas a-respeito-de si próprio, teve também o duque de Lencastre. Os dois infelizes pretendentes aliaram-se de-novo, porém a guerra foi desfavorável a ambos. O mais prejudicado, contudo, foi Portugal, porque D. Fernando, para pôr fim à luta deixou incluir no tratado de paz um artigo perigoso para a nossa independência: o casamento de sua filha única, D. Beatriz, com D. João I, rei de Castela.

Série cronológica dos reis da 1.^a dinastia

- D. Afonso Henriques**, (1128-1185) a quem a História, pelas muitas conquistas feitas aos mouros, dá o título de **Conquistador**;
- D. Sancho I**, (1185-1211) que os historiadores apelidaram, por ter promovido a povoação do reino, de **Povoador**;
- D. Afonso II**, (1211-1223) rei inteligente, enérgico, mas doente que, pela sua excessiva nutrição, é denominado o **Gordo**;
- D. Sancho II**, (1223-1247) a quem, por lhe haverem vestido, durante uma doença que tivera em criança, o hábito de Santo Agostinho, foi dado o cognome de **Capelo**;
- D. Afonso III**, (1248-1279), que, por ter casado com D. ^{MATILDE DE} ~~Beira~~, condessa de Bolonha, recebeu o título de **Bolonhês**;
- D. Deniz**, (1279-1327), chamado, pelas sábias leis com que impulsionou a agricultura, o **Lavrador**;
- D. Afonso IV**, (1328-1357), que, por haver combatido heróicamente na batalha do Salado, mereceu da História o nome de **Bravo**;
- D. Pedro I**, (1357-1367), cujo pensamento dominante era fazer justiça recta a todos, pobres ou ricos, nobres ou plebeus, e, por isso, é designado com o cognome de **Justiceiro**; e
- D. Fernando**, (1367-1383), a quem, pela sua perfeição física, foi apôsto o epíteto de **Formoso**; e pela sua falta de firmeza em tudo o que empreendia, a designação de **Inconstante**.

Visão de conjunto sôbre a vida nacional durante a 1.^a dinastia



D. Afonso III

Os primeiros reis de Portugal, até D. Afonso III, inclusivé, têm todos êles um ideal permanente, principal, quási único — a libertação da Pátria pela expulsão dos mouros. E, assim, não há um único que não combata contra êles, mais ou menos conforme as circunstâncias lho permitem. Nesse desejo veemente de todos os momentos, acompanham-nos tôdas as fôrças da Nação — a nobreza, com os servos das suas terras; o clero, com os frades guerreiros das ordens religiosas; o povo, com a peonagem e os cavaleiros vilãos dos concelhos, protegidos pelos seus forais. Ao lado do rei está, portanto, permanentemente e vibrando de entusiasmo heróico, a alma da Pátria. É êsse entusiasmo, êsse espírito de sacrificio que permitem:

a Afonso Henriques, conquistar Leiria, Santarém, Lisboa, Palmela, Alcácer do Sal e adquirir o domínio de Évora e Beja;

a D. Sancho I, tomar Silves, no extremo do Algarve, Lagos, Messines, Paderne, etc.;

a D. Afonso II, reconquistar Alcácer do Sal;

a D. Sancho II, conquistar Elvas, Moura, Serpa, Mértola, Tavira, etc.; e

a D. Afonso III, tomar Porches, Albufeira e Faro.

E tudo isto se faz no curto espaço dum século, porque não é obra de 5 reis apenas — é o empreendimento formidável de uma Nação inteira.

*

*

*

Depois de expulsos os mouros e consolidada a Pátria, entra-se na segunda fase, no segundo grande empreendimento — a sua organização económica e o seu enriquecimento. E, assim, vemos D. Deniz espalhando a instrução popular, determinando que em todos os conventos se duplicasse o número de frades consagrados ao ensino e criando os estudos elevados, pela fundação da Universidade. Vemos o mesmo rei animando a agricultura, fundando ou organizando indústrias. Vemos seu filho, D. Afonso IV, seguir o exemplo do pai no desenvolvimento da marinha e obter do rei de Inglaterra uma *carta mercatória* que autorizava os nossos navios a importarem e exportarem mercadorias daquele país. Vemos o sucessor deste, D. Pedro I, proibindo o luxo, a usura, exigindo de todos tão severa economia que chegou a determinar, conforme as classes sociais, a alimentação e o vestuário de cada um e, ao morrer, deixou riquíssimos os cofres públicos. Vemos, finalmente, D. Fernando a obrigar aos trabalhos do campo os mendigos, a punir os vadios, a retirar terras a quem não podia ou não queria cultivá-las e a publicar tais leis de protecção à marinha, que é merecedor da gratidão de todos os bons portugueses. D. Deniz, D. Afonso IV, D. Pedro e D. Fernando foram, portanto, os organizadores da riqueza e progresso de Portugal durante a primeira dinastia — a gloriosa dinastia afonsina.

Série cronológica dos reis da 1.^a dinastia

Monarcas que efectuaram a conquista e libertação do território



D. Afonso Henriques — o conquistador: Batalhas de S. Mamede, Valdevez e Cerneja; combate de Ourique; conquista de Leiria, Santarém, Sintra, Lisboa, Alcácer, Évora e Beja. Independência de Portugal em 1143, com o auxílio do Papa.



D. Sancho I — o povoador: Conquista de Silves e Lagos; perda de Alcácer do Sal e outras praças; vinda de cruzados para Portugal e fundação das vilas de Azambuja, Sezimbra, Pedrogão, Figueiró, Alhandra, etc.



D. Afonso II — o gordo: Reconquista de Alcácer do Sal; auxílio prestado aos castelhanos na batalha das Navas de Tolosa; lutas com os irmãos e irmãs por causa do testamento do pai e solução dada pelo papa.

D. Sancho II — o capelo:

Conquista de Elvas, Tavira, Mértola, Serpa, Jurromenha, Cacela, etc. Lutas com o clero e a nobreza. Excomunhão e deposição do rei e seu exílio para Toledo, onde morreu.



D. Afonso III — o bolonhês:

Conquista de Faro e do resto do Algarve; realização de cortes com a assistência de membros do braço popular; cuidados com a instrução do príncipe herdeiro.



Série cronológica dos reis da 1.ª dinastia

Monarcas que promoveram a organização económica do país

D. Deniz o lavrador: Medidas de protecção à agricultura;



sementeira do pinhal de Leiria; exploração de minas de prata, ferro, cobre e chumbo; estabelecimento

de feiras; desenvolvimento das indústrias de coiros e tecidos; fundação da Universidade; proibição do emprêgo do latim em documentos oficiais; fundação da Bolsa do Pôrto.

D. Afonso IV—o bravo: Auxílio prestado a Castela na



batalha do Salado contra os mouros; morte de D. Inez de Castro, como medida de defesa de independência nacional;

desenvolvimento da marinha mercante; «carta mercatória» do rei de Inglaterra, que autorizava os nossos navios a exportarem mercadorias para aquele país e a importarem-nas.

D. Pedro I—o justiciero: Vingança da morte de D. Inez



de Castro; proibição do luxo e da usura; repressão dos abusos do clero e do nobreza pela aplicação rigorosa da

justiça; meticulosa administração das rendas do Estado e enriquecimento do tesouro público.

D. Fernando—o formoso: Lei das sesmarias, que deu



origem ao desenvolvimento da agricultura; lei de marinha, que fez surgir uma esquadra mercante numerosa e bem apetrechada;

desastrosas guerras com Castela; infeliz casamento do rei com D. Leonor Teles e de D. Beatriz com D. João I de Castela.

INTERREGNO

O problema da sucessão.— Revolta do povo de Lisboa

(D. Leonor Teles e Andeiro)

D. Fernando faleceu sem ter filho varão que lhe sucedesse no trono. Deixara apenas uma filha, D. Beatriz, casada com o rei de Castela. Pelo contrato do casamento, o marido de D. Beatriz só podia ser rei de Portugal se sua mulher não tivesse filhos. Desde que os houvesse, o primeiro viria em criança para Portugal. Educá-lo-iam no amor à Pátria de sua mãe e avô, e seria o seu herdeiro e futuro rei.

D. Fernando faleceu antes de ter netos e ficou regente do reino a rainha D. Leonor Teles, que mandou aclamar rainha sua filha D. Beatriz.

Então o povo viu que, se não se revoltasse, correria perigo a independência da Pátria. Isso é que êle nunca consentiria, porque a independência é sagrada e por ela devemos morrer se for preciso.

Morte do Conde de Andeiro

O principal apôio da rainha era o conde galego João Fernandes Andeiro.

O Mestre de Aviz foi ao paço e, quasi à vista da rainha, apunhalou-o. Então, o povo de Lisboa aclamou o Mestre de Aviz como *regedor e defensor do reino*.



O povo de Lisboa aclamando o Mestre de Aviz como "regedor e defensor do reino"

A defesa do reino

Após a morte do Conde de Andeiro, a rainha retirou-se para Alenquer e dali mandou pedir ao genro

que invadissem Portugal. Este não se fez rogado e veio cercar Lisboa por terra e pelo rio. A cidade resistiu heroicamente, sob o comando do Mestre de Aviz, o seu amado defensor.

Uma peste dizimou o exército castelhano, chegando a morrer 200 homens por dia. Só quando D. Beatriz adoeceu na sua tenda, em frente das muralhas de Lisboa, o rei de Castela levantou o cerco. Foi uma peste bemfazeja, pois nos facilitou a resistência.

D. Leonor Teles enganou-se, julgando o genro capaz de nos subjugar. Também se enganou ao pensar que D. João de Castela nos vinha combater para a manter a ela no trono. Ele só cuidava dos seus interesses. Por isso, para que a sogra lhe não criasse dificuldades, obrigou-a a recolher ao convento de Torde-silhas, donde nunca mais a deixou sair. Quere dizer: transformou-lhe o convento em prisão perpétua.

Batalha dos Atoleiros

Na mesma ocasião em que Lisboa sofria os horrores do cerco, um corpo de tropas portuguesas, sob o comando do invencível Nun'Álvares Pereira, procurava barrar a fronteira do Alentejo aos castelhanos. Se é

certo que não o conseguiu, porque isso era impossível, é também certo que os fez corar de vergonha na batalha dos Atoleiros.



Batalha dos Atoleiros (os guerreiros formam um quadrado, pé-terra, lança em riste, depois de colocarem ao centro os cavalos)

Esta batalha não teve grande importância para o resultado final da campanha, mas mostrou o heroísmo de D. Nuno e dos companheiros e serviu para que todos adquirissem confiança absoluta no seu chefe.

Dispondo D. Nuno de 300 cavaleiros apenas, resolveu mandá-los apear, formar um quadrado com os peões, de lança em riste. Por detrás dessa primeira fileira, os arcabuzeiros e os soldados que arremessavam setas. E todos firmes para o embate da orgulhosa cavalaria castelhana. Nesta hoste vinham infelizmente os irmãos de Nun'Álvares — para vergonha só deles e nunca do santo Condestável. D. Nuno contava apenas 24 anos de idade, mas já mostrara o seu inexcedível patriotismo.

Quando a cavalaria inimiga arremeteteu, os nossos peões com as lanças feriam os cavalos que caíam com os cavaleiros. Assim se promoveu a desordem no exército inimigo. A segunda e terceira cargas foram tão desastradas como a primeira e, ao fim duma hora, D. Nuno tinha ganho a batalha e tinha inventado o quadrado, uma nova forma de combate contra a principal arma dêsse tempo — a cavalaria.

As côrtes de 1385

Levantado o cerco de Lisboa, embora a guerra não estivesse terminada, mas apenas um pouco amainada, tratou-se de escolher o futuro rei de Portugal. Com tal fim se reuniram em Coimbra as côrtes de 1385. Estas côrtes foram muito agitadas, pois havia nelas partidários de todos os quatro pretendentes ao trono, que eram: D. João, rei de Castela; D. Deniz e D. João, filhos de D. Pedro I e de D. Inez de Castro; e D. João, Mestre de Aviz, filho de D. Pedro I e de D. Teresa Lourenço.

Os partidários do rei de Castela eram os fidalgos que haviam jurado os tratados de D. Fernando, quando se realizou o casamento de D. Beatriz. A maioria deles pertencia ao Minho e Trás-os-Montes. Outra parte da nobreza defendia os filhos de Inez de Castro. O braço popular e alguns, mas poucos, nobres defendiam o Mestre de Aviz.

Venceu, por fim, o partido do Mestre, devido a



Dr. João das Regras discursando nas "Côrtes de Coimbra" consegue a aclamação do Mestre de Aviz como novo rei. Ao fundo vê-se D. Nuno Álvares Pereira

defesa que o Dr. João das Regras fez da sua candidatura. Provou que os fidalgos já não deviam obediência ao rei de Castela, porque êle foi o primeiro a não cumprir os trata-

dos. Provou que os filhos de D. Inez de Castro deviam ser postos de parte porque tinham pegado em armas contra a Pátria e um deles, D. João, tinha assassinado a esposa. Por isso, só havia um, com direito a ser aclamado rei — o Mestre de Aviz, também filho de D. Pedro I, que sempre arriscara a vida a favor da Nação.

As côrtes, em face dos argumentos do Dr. João das Regras, elegeram o Mestre, rei de Portugal. As cerimônias da aclamação realizaram-se em 6 de Abril de 1385. O novo rei tomou o nome de D. João I e foi fundador da dinastia joanina ou de Aviz. Contava então 27 anos de idade.

Confirmação da Independência

Aljubarrota e Valverde

O rei de Castela irritou-se extraordinariamente com a aclamação do Mestre de Aviz. Por isso, apesar dos desastres sofridos no cerco de Lisboa e na batalha dos Atoleiros, levantou logo um novo exército para invadir Portugal. Veio êle pessoalmente dirigir a campanha. Compunha-se o exército castelhano de



Arrancada da "Ala dos Namorados" na batalha de Aljubarrota

32.000 homens. Entrou pela Beira, seguiu a linha do Mondego e dispunha-se a marchar sobre Lisboa, utilizando a orla marítima. Os seus projectos foram gorados, porque, adiante de Leiria, perto da povoação de Aljubarrota, saíram-lhe ao encontro os 6.000 portugueses do comando do novo rei e do seu condestável, D. Nuno Álvares Pereira. Combatendo *pê-terra*, como se havia feito nos Atoleiros, destroçaram inteiramente os castelhanos, ao fim de meia hora de luta. Nessa tarde gloriosa de 14 de Agosto de 1385 foi salva, pois, a independência de Portugal. Para celebrar a vitória, mandou D. João I construir, perto de Aljubarrota, a formosíssima igreja de Santa Maria da Vitória, mais conhecida pelo nome de Mosteiro da Batalha.

*

* *

O ânimo do Condestável não lhe permitia deixar sem *agradecimento* tantas visitas que as tropas de Castela nos haviam feito. Por isso, sendo fronteiro do Alemtejo, e sem conhecimento de D. João, resolveu invadir Castela. Para lhe resistir, o rei d'este país organizou um exército não inferior ao de Aljubarrota. Teve, porém, o desgosto de o ver derrotado pelo maior guerreiro português de todos os tempos, na batalha de Valverde, perto da cidade espanhola de Mérida.

*

* *

Quando o rei de Castela levantou o cerco de Lisboa, o seu partido ainda era sustentado por 71 vilas e castelos portugueses e 9.000 homens de guar-

nição. Ao norte do rio Douro, só o Pôrto e Miranda eram a favor do Mestre de Aviz.

Antes da batalha de Aljubarrota já D. Nuno e D. João I haviam conquistado Guimarães e Braga. Depois dela submeteram Chaves, rendeu-se Bragança e foi tomada Almeida. Os comandantes das restantes praças entregaram-nas ao novo rei, tendo alguns fugido para Castela.

*

* *

Depois da vitória de Aljubarrota ainda houve escaramuças entre portugueses e castelhanos. O rei de Castela, por fim, desistiu da corôa portuguesa, e em 1411 reconheceu a nossa independência, só confirmada em 1431.

D. João I, D. Filipa de Lencastre e seus filhos. — Aliança inglesa

O início da aliança de Portugal com a Inglaterra data do reinado de D. Fernando, como vimos. Mas o seu avigoramento e consolidação só se tornou real pelo tratado feito por D. João I e o duque de Lencastre, segundo o qual ambos se comprometiam a auxiliar-se mutuamente em caso de guerra. Uma das condições desse tratado era o casamento de D. João I com a filha do duque, D. Filipa, o qual se realizou no Pôrto, em 2 de Fevereiro de 1387.



D. João I

D. Filipa, pelas suas altas virtudes, foi uma grande rainha e os filhos que teve receberam tão esmerada educação que se tornaram célebres por seus feitos e carácter. Salientaram-se, principalmente: D. Henrique, alma dos descobrimentos marítimos portugueses; D. Duarte, que sucedeu a seu pai e foi um talentoso escritor; D. Pedro, que, em viagem de estudo, «correu as sete partidas do mundo»; e D. Fernando, o santo mártir de Tânger.

Expansão de Portugal além-mar. — Conquista de Ceuta

O desejo do aumento da religião cristã e a ânsia do engrandecimento da Pátria, levaram D. João I a concordar com seus filhos D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique na conquista de Ceuta, para ali serem armados cavaleiros. Esta cidade, situada no extremo norte de África, no estreito de Gibraltar, é uma das chaves do Mediterrâneo e tinha por isso uma extraordinária importância para os intentos de todos, mas principalmente para os do Infante D. Henrique.

Organizou-se, pois, uma expedição fortíssima de muitos navios e soldados — a maior que até então Portugal levantara — e dirigiu-se à África.

Comandava-o o próprio rei e levava a bordo o guerreiro consumado, D. Nuno Álvares Pereira.

No assalto, os filhos de D. João I combateram como heróis. A cidade foi tomada, a mesquita dos mouros transformada em igreja cristã e nela os infantes foram armados cavaleiros.

Esta conquista deu começo ao empreendimento português da formação dum reino cristão no norte de África — o dos «*Algarves de além-mar*».

Descobrimientos e conquistas

(Infante D. Henrique)

A conquista de Ceuta pôs o Infante D. Henrique em contacto com os habitantes do norte de África e deles colheu informações sobre terras onde os europeus nunca tinham ido. Antes da tomada de Ceuta já o Infante, muito conhecedor dos livros antigos de geografia e respectivos mapas, estava convencido de que existiam terras desconhecidas e desejava procurá-las. Também acreditava que no oceano existiam ilhas ignoradas e pretendia que os portugueses as encontrassem.

No regresso de Tânger fixou a sua residência em Sagres, em frente do mar, e dedicou-se inteiramente à ciência da navegação. Rodeou-se de homens práticos nas lutas com as ondas, porque já então os havia em Portugal. Estimulou-os a continuarem as navegações, começadas antes, ao longo da costa de África e a redescobrirem as ilhas que outrora os portugueses talvez houvessem conhecido, mas cujo rumo se perdera. Tirou-lhes do cérebro as medonhas lendas nascidas da ignorância e do erro acerca do «*mar tenebroso*» e entusiasmou-os a realizarem viagens marítimas gloriosas.

Foi, pois, o Infante D. Henrique a alma dos descobrimentos. De Sagres saíram, por ordem d'ele, em 1418, João Gonsalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira para uma viagem de reconhecimento da costa da Guiné. Porém uma tempestade arrojou-os à ilha a que deram o nome de Pôrto Santo. Em 1419, acompanhados de Bartolomeu Perestrelo, voltaram a Pôrto Santo e redescobriram a Madeira.



Gil Eanes, em Sagres, oferecendo ao grande Infante D. Henrique as célebres "rosas de Santa Maria"

Continuando o reconhecimento da costa de África, que era o sonho do Infante, em 1434, Gil Eanes, vencendo em si próprio os receios das lendas, passou o cabo Bojador. Desde então os portugueses dominaram os oceanos — perderam o medo ao mar. Pois se a costa de África até lindas rosas produzia! Tão lindas, que o imortal navegador, preso do seu donaire e perfume, as trouxe ao seu amigo, o grande Infante D. Henrique que, ao recebê-las, comovido, não se cansava de as beijar. Deniz Dias, avô de Bartolomeu Dias, em 1445, descobre o Cabo Verde; Diogo Gomes, em 1460, descobre a ilha de Santiago, do Arquipélago de Cabo Verde, glória que dois estrangeiros pretenderam roubar-lhe; João de Santarém e Pedro Escobar, em 1470, descobrem as ilhas de S. Tomé e Príncipe.

É certo que o Infante, ao tempo destes dois últimos descobrimentos, já falecera, mas era ainda o seu espírito que animava e orientava os descobridores.

Só em 1431 é que Gonsalvo Velho Cabral chegou aos ilhéus das Formigas (Arquipélago dos Açores) e, em 15 de Agosto, dia da Nossa Senhora da Assunção, à ilha de Santa Maria.

O desastre de Tânger

(D. Duarte e D. Fernando)



D. Duarte

Como vimos, D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique foram armados cavaleiros em Ceuta, após a conquista da cidade. D. Fernando era ainda criança, mas, ao chegar à idade própria, declarou que não desejava que a sua investidura no grau de cavaleiro se fizesse sem primeiro dar também provas públicas da sua coragem.

D. Henrique propôs que se conquistasse Tânger, o que, além de satisfazer D. Fernando, daria glória e proveito a Portugal.

D. Duarte, que então reinava, não queria a expedição. Seu irmão e conselheiro leal, D. Pedro, também se opunha. Mas D. Henrique tanto insistiu, que, por fim, foi resolvido mandar à África, sob o seu comando, 14.000 homens, entre cavalaria, artilharia e infantaria.

Em virtude de pestes que tinha havido no reino, só se juntaram 6 a 7.000 combatentes. Cercaram Tânger em 13 de Setembro de 1437, mas, infelizmente, foram derro-



D. Fernando limpa as estrebarias do governador de Fez

tados e tiveram de capitular com as condições mais humilhantes. Para o exército regressar, foi preciso prometer a entrega de Ceuta e deixar em África, como reféns, o infante D. Fernando. Ceuta nunca foi entregue, porque as côrtes, reunidas em Leiria por D. Duarte, não o consentiram e D. Fernando sofreu, tanto em Arzila como em Fez, os maiores martírios, de que veio a morrer em 5 de Junho de 1448.

Êste infeliz príncipe recebeu da História o nome de Príncipe Constante e há também quem o apelide de Infante Santo, embora a Igreja nunca o tivesse canonizado.

A regência de D. Pedro. — Alfarrobeira

D. Duarte, prestes a falecer, dispusera em testamento que sua espôsa, D. Leonor, castelhana de nascimento, governasse sòzinha, como regente, durante a menoridade de seu filho mais velho, D. Afonso, que tinha apenas 6 anos de idade. Apesar das intrigas do Conde de Barcelos, as côrtes negaram a D. Duarte o direito de escolher regente e entregaram o govêrno a D. Pedro, irmão imediato de D. Duarte.

Também à hora da morte D. Duarte dissera ao seu confessor que muito desejava o casamento de seu filho Afonso com D. Isabel, filha de seu irmão D. Pedro. A rainha dispôs-se a cumprir a vontade do falecido, o casamento efectuou-se e o Conde de Barcelos, que queria casar o futuro rei com uma sua neta, mais irritado ficou contra D. Pedro.

Logo que D. Afonso V atingiu a idade de governar, D. Pedro entregou-lhe o govêrno e retirou-se

para Coimbra. Então o Conde de Barcelos tais intrigas inventou, que D. Afonso V resolveu-se a prender o tio. Êste, que era brioso em extremo, saiu com um pequeno exército a caminho de Lisboa para fazer ver ao rei a sua inocência. D. Afonso V, acreditando sempre na rebeldia do tio, foi ao seu encontro com um numeroso exército. Deu-se a triste batalha de Alfarrobeira, e nela morreu o sábio príncipe D. Pedro e o seu leal amigo Conde de Abranches, D. Álvaro Vaz de Almada.

A batalha de Alfarrobeira não honra D. Afonso V. A única desculpa que se lhe pode dar é que êle tinha, então, 17 anos de idade apenas. Também não honra o Conde de Barcelos, espôso da filha de D. Nuno Álvares Pereira e irmão ilegítimo de D. Pedro, para quem êste, quando regente, criara o ducado de Bragança.



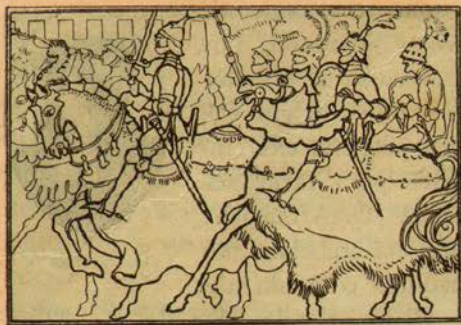
D. Afonso V

Conquistas ao norte de África. — D. Afonso V

Alcácer-Ceguér

Terminadas as guerras com Castela, o espírito guerreiro da fidalguia portuguesa não tinha onde se exercer, visto que em Portugal, desde D. Afonso III já não havia mouros. E como o espírito religioso e o amor pátrio eram fortes em todo o país, D. Afonso V projectou formar um novo reino português nos «*Algarves dalém-mar*», isto é, em Marrocos.

Ainda era vivo o Infante D. Henrique, quando, em 1458, passou à África em sua companhia, com



Entrada de D. Afonso V em Alcácer-Ceguér. Acompanham-no os três infantes que tomaram parte no combate: D. Fernando, seu irmão; D. Pedro, seu primo, filho do duque de Coimbra, morto em Alfarrobeira; e o Infante D. Henrique, já idoso mas ainda forte de corpo e ideais

Infantes que eram: seu tio, D. Henrique; seu irmão, D. Fernando; e seu primo, D. Pedro, filho de D. Pedro, o de Alfarrobeira.

Arzila e Tânger

Em 1460, projectou D. Afonso V a conquista de Tânger, mas só em 1463 é que passou à África com um exército para tal fim. As nossas armas tiveram alguns revezes e não se alcançou a conquista.

Voltou em 1471, mas desta vez dirigiu os ataques contra Arzila, que se rendeu. Vendo isto, os mouros de Tânger resolveram abandonar a cidade e na retirada incendiaram parte dela. Os portugueses ocuparam-na imediatamente.

220 velas para conquistar Alcácer-Ceguér. Terminou-se a conquista no dia 21 de Outubro do mesmo ano, devido ao heroísmo dos nossos soldados, e logo nesse dia o rei entrou na vila acompanhado dos 3

*
* *
*

Quando tomámos Arzila, entre os prisioneiros mouros havia um filho e uma filha do senhor da praça, chamado Mulei-Xeque. Este oferecia grande sôma de dinheiro pelo resgate deles, mas El-rei declarou-lhe que só os trocava pelos ossos do Infante Santo, D. Fernando, seu tio. Fez-se a troca, vieram os ossos do desgraçado príncipe para Lisboa, fez-se depois a trasladação para a Batalha e ali repousam, com os dos irmãos, na capela de D. João I — glorioso fundador do lindo Mosteiro.

Descobrimientos marítimos

(Bartolomeu Dias, Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral)

O espírito do Infante D. Henrique parece que ressuscitára em D. João II, filho de D. Afonso V. A valentia de D. João II manifestára-se na batalha de Toro, quando seu pai, tendo pretendido o reino de Castela, movera guerra ao país vizinho. Nessa batalha se distinguiu também o porta-bandeira, alferes Duarte de Almeida, porque, para defender a bandeira, arriscou a vida. No combate os castelhanos cortaram-lhe o pulso direito. O alferes passou logo a bandeira para a mão esquerda. Cortaram-lhe o pulso esquerdo e êle, corajosamente, a esvaír-se em sangue, segurou-a com os dentes. Arrancaram-lha dos dentes, mas acudiu o escudeiro Gonsalo Pires que a tirou



D. João II



Diogo Cão colocando um padrão na foz do rio Zaire, também chamado rio Congo

mas também astuto. Conspirando os fidalgos contra êle, descobriu-lhes os planos, castigou-os e dominou-os, a-fim-de governar o país sem entraves e poder conduzi-lo a um futuro honroso. Por êsse motivo foram mortos o duque de Bragança, seu primo, e o de Viseu, seu cunhado.

Guiado, pois, pelo espírito de seu falecido tio-avô D. Henrique, deu nova vida aos descobrimentos. Tinha em vista o caminho da Índia, pelo que mandou continuar o reconhecimento da costa de África. Em 1482, Diogo Cão descobriu o rio Zaire, subiu-o até às cataratas e enviou emissários ao rei do Congo, que se mostrou desejoso de commerciar com os portugueses e conhecer a religião cristã. Na segunda viagem, Diogo Cão navegou 200 léguas ao longo da costa, colocou o padrão de Santo Agostinho e o do Cabo do Padrão, reconhecendo assim a actual costa de Angola.

Mas isto não bastou a D. João II. Em 1487 enviou Bartolomeu Dias com o fim de continuar a navegação para o Sul e conhecer o extremo da África. Êste grande navegador conseguiu passar o Cabo

aos castelhanos e a trouxe para o nosso campo.

Duarte de Almeida pela sua coragem e heroísmo ficou conhecido pelo *Decepado*.

D. João II era valente,

Tormentoso a que o rei mudou o nome para Cabo da Bôa Esperança.

Tardavam-lhe, porém, as informações da Índia e, ansioso por elas, mandou por terra Afonso de

Paiva e Pero da Covilhã, ao Oriente. Pero da Covilhã, a-pesar dos muitos trabalhos que passou na viagem, esteve na Índia. Foi o primeiro português que chegou a essas terras maravilhosas, e do Cairo conseguiu mandar notícias a D. João II. Informou-o de que os navios que transpusessem o Cabo da Bôa Esperança e navegassem sempre para norte estavam no verdadeiro caminho da Índia. Estas indicações foram muito úteis ao grande navegador Vasco da Gama. Foi êste quem descobriu o caminho marítimo para a Índia, descobrimento efectuado em 1498, já no reinado de D. Manuel I.

O descobrimento do caminho marítimo para a Índia teve uma grande importância para todo o mundo, porque facilitou as comunicações da Europa com a Ásia e concorreu enormemente para o progresso do comércio. Contribuiu também para o desenvolvimento das civilizações europeia e asiática pela permuta de conhecimentos entre estas duas partes do mundo.



O grande navegador Vasco da Gama chega à Índia



Pedro Álvares Cabral, agradece a Deus o descobrimento do Brasil — Terra de Santa Cruz

dra, desviou de-propósito o rumo e, navegando para Ocidente, descobriu o Brasil. Este grande feito deu-lhe as honras de entrar, ao lado de Vasco da Gama, na História Universal.

Primeira viagem de circunnavegação

(Fernão de Magalhães)

A primeira viagem de circunnavegação, isto é, a primeira volta ao mundo, foi realizada por navios de Espanha, comandados pelo português Fernão de Magalhães, grande navegador. D. Manuel I ofendia-o, negando-lhe um pequeno aumento de ordenado, que Magalhães várias vezes havia pedido. Por esse motivo Magalhães foi oferecer os seus serviços a Carlos V de Espanha, e afirmou-lhe que era capaz de chegar às ilhas Molucas e à China pelo Ocidente. Fez-lhe ver também que essas terras pertenciam ao domínio de Espanha, em virtude do Tratado de Tor-

A ambição de glória dos portugueses não terminou aqui. Passados dois anos, em 1500, Pedro Álvares Cabral, que fôra enviado à Índia com uma esquadra,

desilhas, feito entre D. João II de Portugal e os reis católicos, Fernando e Isabel de Espanha. Esse tratado estabelecia que pertenceriam aos espanhóis tôdas as terras descobertas a oeste dum meridiano que se tirasse a cem léguas dos Açores e Cabo Verde.



D. Manuel I

Carlos V aceitou as propostas de Magalhães e forneceu-lhe 5 navios, com 265 tripulantes, e mantimentos calculados para 2 anos. A viagem foi muito difícil, Magalhães teve de reprimir algumas revoltas a bordo, mas passou o Estreito a que deu o seu nome a 27 de Novembro de 1520. Chegou em Março de 1521 às ilhas Filipinas e ali foi morto em combate com os indígenas, em 27 de Abril de 1521. A viagem foi concluída pelo espanhol Sebastião del Cano, mas a honra cabe tôda a Fernão de Magalhães, porque foi o autor do projecto, e porque, sob o seu comando, se percorreu todo o caminho desconhecido tanto no Atlântico como no Pacífico.

Esta viagem teve uma grande importância, porque nos provou praticamente a esfericidade da Terra. Fernão de Magalhães deixou também o seu nome no céu, com a nebulosa chamada *Nuvem de Magalhães*. Foi muito maior que Cristóvam Colombo cujos serviços D. Manuel rejeitou e que pretendeu descobrir para a Espanha a América... que, antes dêle, alguns navegadores portugueses já conheciam.

GRANDES NAVEGADORES



João Gonçalves Zarco,
descobriu a Madeira.



Gonsalo Velho Cabral,
descobriu os Açores.



Gil Eanes, dobrou
o Cabo Bojador.



Deniz Dias, reconhe-
ceu a costa da Guiné.



Diogo Gomes, des-
cobriu as ilhas de
Cabo Verde.



João de Santarém e Pedro Escobar,
descobriram as ilhas de S. Tomé
e Príncipe



GRANDES NAVEGADORES



Diogo Cão, descobriu
o rio Zaire e costa de
Angola.



Bartolomeu Dias, pas-
sou o Cabo da Boa
Esperança.



Vasco da Gama,
descobriu o cami-
nho da Índia.



Pedro Álvares
Cabral, descobriu
o Brasil.



Gaspar Corte-Real,
descobriu a
Terra-Nova.



Fernão de Magalhães,
deu a volta
ao mundo.

A obra das missões no Oriente e no Brasil

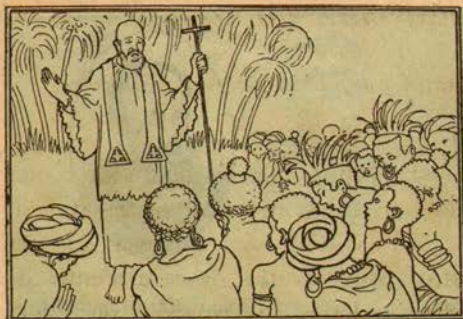
(S. Francisco Xavier, P.^o Anchieta)

Quando em Portugal governava D. João III, foi fundada em Paris, por Santo Inácio de Loiola, espanhol, a Companhia de Jesus. Entre os fundadores havia um estudante português, protegido do rei, chamado Simão Rodrigues. A Companhia fundara-se com dois fins: um — combater o protestantismo; outro — espalhar entre os infiéis a religião de Cristo.

D. João III, que necessitava de bons propagandistas da fé católica nas Índias e no Brasil, pediu a Santo Inácio que lhe mandasse seis padres. Vieram apenas dois, um dos quais era Simão Rodrigues. Pouco tempo depois, veio o padre Francisco Xavier, mas já com destino à Índia. Partiu de facto para a Índia e prêgou a religião com o maior êxito não só nos nossos territórios, como também na China e no Japão. De volta a Goa, assistiu à morte do vice-rei

D. João de Castro.

São Francisco Xavier prestou grandes serviços a Portugal, impondo a nossa bandeira pelo amor do próximo — o que o tornou



S. Francisco Xavier prêgando a religião cristã aos índios

amado dos povos orientais. Também na colonização do Brasil prestou a Companhia de Jesus os maiores serviços ao nosso país. Os seus missionários aprendiam a fala dos indígenas e ensinavam-lhes a língua portuguesa. Habitavam-nos à agricultura e incutiam-lhes os nossos costumes, fazendo-lhes ver o êrro de comerem carne humana e de cada indivíduo casar com mais de uma mulher. Ao mesmo tempo criavam nêles o amor a Portugal e a gratidão pelos bons serviços que, de tão longe, os portugueses lhes iam prestar.

Entre os missionários que a Companhia de Jesus enviou ao Brasil, distinguiu-se tanto o padre José Anchieta que lhe foi dado o título de «Apóstolo da América». Foi êle o primeiro que escreveu uma gramática da língua falada pelos índios do Brasil. Levou os naturais a aceitarem a paz com os portugueses e auxiliou os nossos governadores a defender aquele imenso território das ambições dos franceses. É-lhe, pois, devida eterna gratidão.

As conquistas no Oriente

(Afonso de Albuquerque, D. João de Castro, etc.)

Apenas Vasco da Gama voltou da Índia e mal tinham ainda terminado as grandiosas festas da sua entrada em Lisboa, começou-se logo a pensar na melhor forma de tirar proveito do descobrimento do seu caminho marítimo. Pelas informações de Vasco da Gama, viu-se imediatamente que era preciso mandar ao Oriente esquadras não apenas comerciais, mas

também guerreiras, porque desde princípio fomos hostilizados por muitos povos, dentre os quais sobressaíam os turcos. Além dos seus interesses comerciais serem diminuídos por nossa causa, havia também a agravante da sua religião, inimiga da nossa, visto serem maometanos. Com o que eles não contavam era com o heroísmo português.

Foram muitos os guerreiros famosos que combateram na Índia pela bandeira de Portugal. Dentre todos evidenciou-se:

Afonso de Albuquerque

Afonso de Albuquerque foi o segundo governador da Índia. O primeiro, D. Francisco de Almeida, vencera persas, árabes, turcos e egípcios. Fundara fortalezas em Cananor, Anchediva, Calecute, etc. e praticara grandes feitos de bravura, sobretudo quando, depois que lhe mataram o filho, D. Lourenço de Almeida, na batalha de Chaúl, foi vingar a sua morte. Tinha de cumprir-se a frase que soltou ao darem-lhe a triste notícia: *quem comeu o frango há-de comer o galo ou há-de pagá-lo.*

Afonso de Albuquerque tinha outra maneira de ver a respeito da Índia: não pensava em formar um império português naqueles territórios, mas sim conquistar as entradas do Oceano Índico e, dominando-o, fazer reverter para Portugal o comércio dessas riquíssimas regiões. Esta política ainda hoje a Inglaterra a segue com grande êxito. Dentro desse plano inteligente, Afonso de Albu-



Afonso de Albuquerque

querque conquistou Gôa e fundou ali a capital. Tratou de conquistar Ormuz, na embocadura do Golfo Pérsico; Malaca, na outra extremidade do Índico, passagem obrigatória dos navios chineses, japoneses, etc. e pensava conquistar e fortificar Aden, na embocadura do Mar Vermelho, para dominar as esquadras turcas e egípcias. Não teve, porém, tempo de o fazer, porque faleceu: *«de mal com os homens por amor del-rei, de mal com el-rei por amor dos homens; melhor é acabar».* Era tão grande o seu espírito de justiça, que até os índios choraram a sua morte.

D. João de Castro

D. João de Castro foi o 14.º governador da Índia. Antes dele, Lopo Soares de Albergaria conquistou a ilha de Ceilão, D. Nuno da Cunha fundou a fortaleza de Diu e muitos outros praticaram façanhas homéricas. Mas também houve erros graves, que muito prejudicavam o prestígio português. Em vista disso, D. João III enviou à Índia o grande sábio e homem de carácter que foi D. João de Castro, condiscípulo do infante D. Luiz, irmão do monarca, quando ambos freqüentavam as aulas do ilustre matemático Pedro Nunes.

Chegado à Índia, tratou logo de corrigir os erros dos seus antecessores. Por isso os índios estimaram-no. Mas os turcos é que não desistiam de nos guerrear. Já anteriormente os indígenas haviam sitiado Diu, que D. António da Silveira defendeu heroicamente. Os turcos



D. João de Castro

voltaram a cercar a cubiçada praça, em tempo de D. João de Castro, sendo seu governador D. João de Mascarenhas. O cerco durara um ano, nêle morreu o filho do vice-rei, D. Fernando de Castro, mas os turcos foram sempre repelidos e tiveram de fugir quando D. João de Castro pôde ir, pessoalmente, socorrer a praça.

Quando se tratou de a reconstruir, não tinha dinheiro; pediu-o à Câmara de Goa, dando como penhor alguns cabelos da barba. Mandara desenterrar o filho para enviar os ossos de garantia, mas viu-se que isso se não podia fazer por ter falecido há pouco. A Câmara enviou o dinheiro e as barbas, porque lhe bastava a palavra de tão honrado varão.

D. João de Castro, modêlo de virtude, de valentia e amor-pátrio, faleceu, pobríssimo, nos braços de São Francisco Xavier.

As colónias que ainda temos na Índia e devemos amar de todo o coração, custaram muito sangue aos nossos antepassados.

Foi também neste reinado (D. João III) que recebemos o presente da colónia de Macau, por havermos livrado as costas da China das esquadras de piratas que as roubavam e incendiavam criminosamente.

Esplendor das ciências, das artes e das letras

(Pedro Nunes, Garcia de Orta, Luiz de Camões)

Nas Índias não se distinguiram apenas os nossos guerreiros e missionários. Nessa época o aperfeiçoamento das ciências e das letras era tão grande

em Portugal, que os nossos sábios e os nossos escritores até no Oriente sobressaíram também.

Para os navegadores escrevera Pedro Nunes, que D. João III havia nomeado cosmógrafo-mór do reino, o «*Tratado sôbre certas dúvidas da navegação*» e o «*Tratado da maneira de delinear o globo para uso da arte de navegar*». Foi também êle o inventor dum aparelho chamado «nónio», que tornou conhecido no livro «*Tratado dos Crepúsculos*», e cabe-lhe a grande honra de haver sido professor de D. João de Castro e do estudioso Infante D. Luiz, irmão do rei.



Pedro Nunes

Outro grande sábio dêsse tempo foi o célebre médico Garcia de Orta. Partiu para a Índia em 1534, como físico-mór da esquadra de Martim Afonso de Sousa e lá dedicou-se ao estudo das plantas medicinais. Foi grande amigo de D. João de Castro e Luiz de Camões, que, sabendo haver Garcia de Orta escrito um livro valiosíssimo sôbre botânica, intitulado «*Colóquios dos simples e drogas*», enviou ao vice-rei uma poesia em que lhe solicitava a publicação do referido livro.



Luiz de Camões

O maior poeta português e um dos maiores da Humanidade, escreveu o imortal poema "Lusiadas", tomando por acção o descobrimento do caminho marítimo para a Índia

À Garcia de Orta per-

tence a glória de haver sido o primeiro que estudou a terrível doença «*cólera-asiática*».

Luiz de Camões, um dos maiores poetas de todo o mundo, viveu também nesta época. Cantando «*o peito ilustre lusitano*» escreveu os «*Lusiadas*», tomando por acção a viagem de Vasco da Gama à Índia, na qual intercala tôda a história heróica de Portugal. Êste assombroso poeta estudou em Coímbra, freqüentou a côrte e nela brilhou pelo seu talento. Perdeu um dos olhos na África, em combate. Esteve na Índia e viveu em Macau. Naufragou no regresso desta nossa colónia e chegou pobre a Lisboa, em companhia do seu fiel escravo Jau. Finalmente, «*não contente de morrer na Pátria, morreu com a Pátria*» em 10 de Junho de 1580.

Reforma da Universidade

D. João III ocupou-se com todo o cuidado do ensino universitário. Fixou definitivamente a Universidade em Coímbra e mandou contratar os mais ilustres professores que havia no estrangeiro para virem leccionar nela os estudantes portugueses. Aos alunos mais inteligentes mandava-os aperfeiçoar-se, à custa do Estado, nas universidades de Paris, Bolonha, Oxford e Salamanca.



D. João III

O primeiro grande protector que a Universidade teve, não contando com D. Deniz, que a fundou, foi o imortal Infante D. Henrique, pois lhe fez doação dumas casas para sua ampliação, com a cláusula de se estabelecerem nela aulas de geometria e astronomia.

D. Manuel I também a beneficiou muito, aumentando o número das disciplinas e elevando os ordenados dos lentes.

Nenhum, porém, a fez progredir tanto como el-rei D. João III, no princípio do seu govêrno.

Mais tarde, êle mesmo, por influências externas, remodelou os primitivos decretos, cerceando-lhes a acção progressiva.



D. Sebastião

Cardeal D. Henrique

D. João III falecera sem deixar herdeiro. Seu neto, D. Sebastião, era, pois, esperado ansiosamente por todos os portugueses. Daí lhe veio o cognome de «*Desejado*». Durante a sua menoridade, governaram como regentes do reino: primeiro a avó, D. Catarina; a seguir o tio-avô, cardeal D. Henrique.

Em 1568, D. Sebastião assumiu o govêrno. Desde a primeira hora, ambicionou realizar feitos heroicos; foi a Alcobça e mandou abrir o túmulo de D. Afonso III, conquistador do Algarve; foi à Batalha para ver o cadáver de D. João II, guerreiro de Arzila e de



Batalha de Alcácer-Quibir, de que resultou a morte da Pátria



Cardeal
D. Henrique

Toro. Só pensava em destruir os infieis e em fundar um império português no norte de África, já que não era possível manter o da Índia. Para isso foi combater os mouros em Alcácer-Quibir, cuja batalha perdeu, perdendo nela a vida. A opinião de todos os guerreiros prudentes, queimados da pólvora da Índia, era de que se não fôsse à África, mas o mal-aventurado

monarca tem a desculpa de haver sido incitado por outro sonhador de imorredoiro talento—Luiz de Camões.

Logo que houve o convencimento da morte de D. Sebastião em Alcácer-Quibir, foi aclamado rei o Cardeal D. Henrique, que apenas governou de 1578 a 1580, por falecer no último dia de Janeiro deste ano. Tornou-se muito antipático ao povo, por ter querido impor a sucessão de seu sobrinho, Filipe II de Espanha. Não conseguiu o seu intento, devido à energia do fidalgo Febo Moniz que, nas côrtes de Almeirim, lhe opôs a maior resistência, e que jurou, com outros representantes do povo, no momento de comungarem, que jamais aceitaría rei estrangeiro. Com a morte de D. Henrique, terminou a dinastia de Aviz ou joanina.



Febo Moniz defende com eloquência e coragem, mas inutilmente, a independência de Portugal nas "Côrtes de Almeirim" contra os traidores disfarçados ou declarados.

Série cronológica dos reis da 2.^a dinastia

- D. João I**, (1385-1433) a quem os historiadores, pela boa recordação que deixou no Povo, em virtude do óptimo govêrno que exerceu, dão o título de **Rei de Boa Memória**;
- D. Duarte**, (1433-1438) a quem a História, pelos conhecimentos manifestados nos livros que escreveu, apelida de **Eloquente**;
- D. Afonso V**, (1438-1481) rei de espírito combativo que, pelas conquistas realizadas em África, é denominado **Africano**;
- D. João II**, (1481-1495) a quem, por ter governado sempre a favor dos interesses do país, foi dado o título de **Príncipe Perfeito**;
- D. Manuel I**, (1495-1521) chamado, pela bôa fortuna que teve em todos os empreendimentos do seu reinado, o **Venturoso**;
- D. João III**, (1521-1557) que por ter sempre manifestado um intenso fervor religioso, mereceu da História o cognome de **Piedoso**;
- D. Sebastião**, (1557-1578) cujo nascimento, que foi posterior à morte de D. João III, era por todos esperado com ansiedade, é designado com o cognome de **Desejado**; e
- D. Henrique**, (1578-1580) a quem, pela sua qualidade de cardeal não era permitido contrair matrimônio foi apôsto o epíteto de **Casto**.

Série cronológica dos reis da 2.^a dinastia



D. João I — *de boa memória*: Defesa contra o cerco de Lisboa; batalhas dos Atouros e Valverde (D. Nuno Álvares Pereira); còrtes de Coimbra; batalha de Aljubarrota (mosteiro da Batalha); aliança com a Inglaterra; conquista de Ceuta; descobrimento dos arquipélagos da Madeira e Açores.



D. Duarte — *o eloquente*: passagem do cabo Bojador pelo grande navegador Gil Eanes; infeliz expedição a Tânger e prisão do infante D. Fernando, o *Príncipe Constante*; rejeição nas còrtes de Leiria, da troca de Ceuta pelo Infante D. Fernando e morte afrontosa dèste mártir em Féz.



D. Afonso V — *o africano*: combate de Alfarrobeira e morte do infante D. Pedro e do seu leal amigo Conde de Abranches; conquistas de Alcácer-Ceguer, Azamor e Arzilla; abandôno de Tânger pelos mouros; vinda dos restos mortais do *Príncipe Constante* para Portugal; descobrimento da Guiné, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe; batalha de Toro.

D. João II — *o príncipe perfeito*: luta com a nobreza e morte dos duques de Bragança e Viseu; expedição de Diogo Cão ao Rio Zaire ou Congo; 2.^a viagem de Diogo Cão e reconhecimento da costa actual de Angola; passagem do Cabo das Tormentas pelo grande Bartolomeu Dias; viagem por terra de Afonso de Paiva e Pero da Covilhã ao Oriente e chegada dèste último à Índia.



D. Manuel I — *o venturoso*: viagem de Vasco da Gama à Índia; govêrno de D. Francisco de Almeida; conquistas de Afonso de Albuquerque (Ormuz, Gôa e Malaca); descobrimento do Brasil, pelo imortal Pedro Álvares Cabral; descobrimento das ilhas de Santa Helena e Tristão da Cunha; viagem de Gaspar Còrte-Real à Terra Nova; primeira viagem de circunnavegação por Fernão de Magalhães, ao serviço de Espanha.

Série cronológica dos reis da 2.^a dinastia

Monarcas em cujos reinados se efectuou a decadência de Portugal até perder a própria independência



D. João III — *o piedoso*: reforma da universidade; estabelecimento da Inquisição; defesa da praça de Diu contra os cercos dos turcos (D. António da Silveira e D. João de Mascarenhas); acção de D. João de Castro na Índia; vinda da Companhia de Jesus para Portugal e pregação de S. Francisco Xavier no Oriente; fundação de Macau.



D. Sebastião — *o desejado*: carácter guerreiro do rei; leitura dos «Lusiadas» perante o monarca e prêmio doado a Luiz de Camões; sonho dum novo e grande império português no norte de África; desastre de Alcácer-Quibir; morte misteriosa de D. Sebastião na qual o Povo se negou por muitos anos a acreditar.



D. Henrique — *o casto*: còrtes de Lisboa que resolvem confiar ao rei a escolha do sucessor; còrtes de Almerim em que é lida uma carta de D. Henrique escolhendo como herdeiro seu sobrinho o rei Filipe II de Espanha e resistência tenaz mas inútil do procurador de Lisboa, Febo Moniz; escolha duma regência e morte do cardeal; morte de Luiz de Camões.

Visão de conjunto sôbre a vida nacional durante a 2.^a dinastia

O período que vai de 1385, início do reinado de D. João I, até 1580, morte do Cardeal D. Henrique, isto é, 195 anos, podemos dividi-lo em duas fases distintas: a primeira, que abrange o empreendimento glorioso dos descobrimentos, por cuja realização Portugal tem lugar de honra na História Universal; a segunda, representando o cansaço que tão grande obra custou a um país de três milhões de habitantes sômente, e que finaliza com a perda da independência em 1580.

Na primeira sobressai o génio do Infante de Sagres, combatente de Ceuta e Arzila, estimulador de marinheiros; D. Nuno Álvares Pereira, criador duma nova táctica de combate, alicerce duma Pátria a reconstruir; Gil Eanes e Bartolomeu Dias, afugentadores das sombras do Mar-Tenebroso; Pero da Covilhã e Vasco da Gama, que desvendaram as maravilhas das Índias Misteriosas; os Côrte-Reais, investigadores dos mares do gêlo; Afonso de Albuquerque, conquistador dum império superior às fôrças da Nação.

Na segunda, salienta-se a actividade da Inquisição que, impedindo a propaganda de doutrinas opostas à Religião Católica, religião que o povo português sempre professou e professa, conseguiu evitar que surgissem entre nós guerras religiosas, como as que afligiram outras nações da Europa; a derrota de Alcácer-Quibir, onde encontraram a morte muitos bons portugueses e o próprio D. Sebastião, jôvem herói que tam fundas saúdaes deixou; e, por fim, a perda da independência, que não representou a morte da sagrada fé

patriótica, mas sim um letargo de 60 anos, do qual saímos gloriosamente em 1 de Dezembro de 1640.

O Prior do Crato

O Prior do Crato era neto ilegítimo de D. Manuel I, por seu pai, o Infante D. Luiz. Sua mãe era Violante Gomes, judia, conhecida também pelo nome de «Pelicana». O Prior do Crato, D. António, pretendia o trono português, vago por morte de seu tio D. Henrique. Pretendia-o também a duquesa de Bragança, neta legítima de D. Manuel I, por linha masculina. Havia outros pretendentes com menores direitos. Um dêles, porém, Felipe II de Espanha, neto de D. Manuel por linha feminina e tio materno de D. Sebastião, o Desejado, tinha, além do parentesco, motivos mais forte para vencer — possuía ouro e exércitos.

D. António dispunha sômente do apôio do Povo, que via nêle um segundo Mestre de Aviz. A nobreza e o alto clero eram a favor do rei de Espanha. Para isso contribuíram muito as mercês e os ducados de ouro que, por intermédio do traidor Cristóvam de Moura, fez distribuir à larga. Porém a plebe, em Santarém, aclamou rei o Prior do Crato. O novo monarca, a quem faltava o braço dum outro Nun'Álvares Pereira, marchou para Lisboa e ali, às portas da cidade, foi vencido, na batalha de Alcântara, pelo Duque de Alba. Assim se pôs um ponto final no tão breve reinado do infeliz D. António.

O govêrno do reino.

O clero, a nobreza e o povo

Durante a 2.^a dinastia o govêrno do reino não se exerceu sempre da mesma maneira. D. João I

criara a *Casa dos Vinte e Quatro*, espécie de pequena «assembleia corporativa» que consultava a miúde; e vinte e três vezes reuniu côrtes para com elas resolver os assuntos mais graves da administração pública.

No tempo de D. Duarte ficaram célebres as côrtes de Leiria, que não permitiram a entrega de Ceuta, para libertação do Infante D. Fernando. A partir de D. Duarte, as côrtes decaem cada vez mais. D. Afonso V, o primeiro rei que em Portugal escreveu sobre astronomia e táctica militar, ainda as convocou algumas vezes. Quem começou a pô-las de parte foi seu filho, D. João II, tão cioso do poder absoluto, que só as reuniu ao verificar que precisava do apôio do povo dos concelhos nas lutas com a nobreza. As poucas que houve no tempo de D. Ma-



Filipe I de Portugal e II de Espanha

nuel I e D. João III nenhuma importância tiveram. D. Sebastião nunca as reuniu, nem elas lhe podiam convir, pois, com certeza, desaprovavam os projectos infundados da sua exaltada imaginação. O Cardeal D. Henrique reuniu-as em Lisboa e Almeirim, mas infelizmente a voz do povo não foi ouvida.

*

* *

O clero readquiriu neste período o seu antigo poder. É certo que os papas já não pensavam em ser suzeranos de Portugal, mas as regalias do clero eram tantas que às suas propriedades não podiam ser lançadas contribuições sem autorização do Papa.

Os territórios descobertos no Ultramar foram dados por êle à Ordem de Cristo, com sede em Tomar.

*

* *

A nobreza no reinado de D. João I e de D. Afonso V aumentou o seu poder exageradamente, com territórios doados pela corôa. D. João II combatu enérgicamente os nobres, dominou o seu orgulho e diminuiu-lhes as riquezas. Começou com êste rei a sua decadência, e nunca mais puderam reaver as antigas regalias.

*

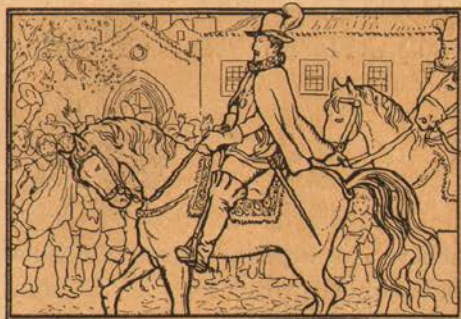
* *

O povo mantinha-se na maior ignorância. A agricultura decaiu porque os descobrimentos e conquistas levavam muitos braços fortes. Saíam anualmente de Lisboa para a Índia 8.000 pessoas válidas, que faziam falta nos campos. Ficavam os velhos e as crianças. Por isso a situação do povo quasi nada melhorou neste período.

Domínio dos Filipes

(seus efeitos na vida portuguesa)

Filipe II de Espanha e I de Portugal era neto de D. Manuel por parte de sua mãe. Após a derrota do Prior do Crato, em Alcântara, entrou em Portugal, foi bem recebido, reuniu côrtes em Tomar e nelas prometeu: *respeitar as liberdades e direitos dos portugueses; não nomear como governadores ou vice-reis de*

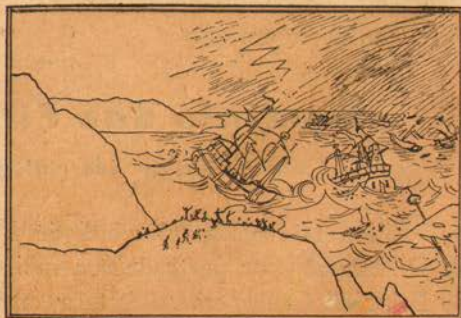


Entrada de Filipe II em Lisboa, após a derrota dos portugueses na batalha de Alcântara

Entrada de Filipe II em Lisboa, após a derrota dos portugueses na batalha de Alcântara

Entrada de Filipe II em Lisboa, após a derrota dos portugueses na batalha de Alcântara

Em breve esqueceu estas promessas. O primeiro grande prejuízo que nos causou foi a perda da nossa esquadra, que incorporou na *Invincível Armada* com que pretendia derrotar a Inglaterra e a Holanda. Essa armada foi destruída por uma enorme tempestade. O segundo foi abandonar a defesa das nossas colônias que os ingleses e holandeses assaltavam sem cessar. No



Destruição da Armada Invencível por uma tempestade no tempo de Filipe I, de que resultou a ruína da nossa marinha de guerra

Portugal se não pessoas da sua familia ou portugueses; não nomear estrangeiros para os empregos públicos em Portugal, fôssem tais empregos civis ou militares; não

tempo de Filipe I os ingleses destruíram-nos os portos de S. Vicente, Santos e Olinda, no Brasil.



Filipe II

Quando reinou Filipe II o nosso comércio colonial foi totalmente arruinado. Antes d'êste rei, os produtos da Índia eram vendidos na Europa pelos holandeses, que os vinham comprar a Lisboa. Filipe II, cuja política contra Portugal consistia em enfraquecê-lo o mais possível para melhor nos dominar, fechou o pôrto de Lisboa à marinha holandesa e apreendeu 40 navios da Holanda que estavam em Lisboa; mas aquêlê país, para manter o seu comércio dos produtos do Oriente, começou logo a mandar esquadras à Índia, a-fim-de comprarem mercadorias e nos guerrearem.

Filipe II, para mais nos irritar, nomeou governador de Portugal o traidor Cristovam de Moura e, para evitar revoltas, foi levando aos poucos para Espanha as nossas peças de artilharia. No seu reinado, de negra memória, aumentou, pois, a nossa desgraça.

Filipe III, geralmente cognominado o Grande, merece na História de Portugal o título de Opressor. O seu primeiro ministro, Conde-Duque de Olivares, só tinha em vista a ruína de Portugal. Exigia todos os anos tão grandes contribuições, que o país, para as pagar, tinha de passar misérias e fomes. Tirava

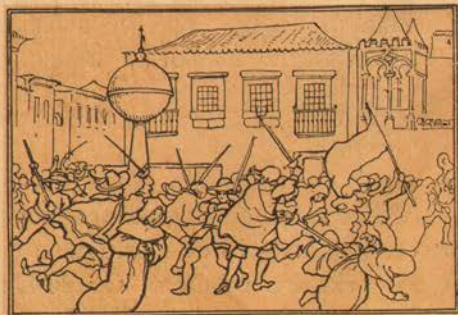


Filipe III

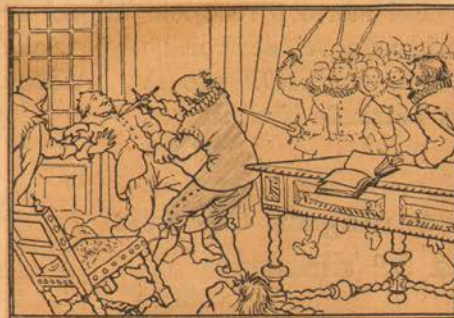
de Portugal grandes levas de soldados para irem combater nos Países-Baixos. Exigiu que os fidalgos auxiliassem o rei para dominar a Catalunha. Por sua culpa fomos expulsos do Japão e perdemos a fortaleza de Malaca, bem como grande parte do Brasil. Deu-nos como governadora a Duquesa de Mântua e como seu secretário, o tirano Miguel de Vasconcelos. Tantas malfetorias fizeram com que Évora se revoltasse em 1637, e a população aclamasse como rei um falso D. Sebastião, o célebre Manuelinho. A revolta foi afogada em sangue. Tornava-se, porém, insuportável tal perseguição. Antes morrer que viver assim.

A restauração da independência

Todos os portugueses, plebeus ou fidalgos, reconheciam que não era possível continuar-se por mais tempo na escravidão em que se vegetava. Nem os venenos que o Conde-duque de Olivares mandava de



Revolta do "Manuelinho" em Évora contra a tirania filipina, exercida pelo déspota Conde-Duque de Olivares



Morte do traidor Miguel de Vasconcelos, (1 de Dezembro de 1640) secretário da duquesa de Mântua, governadora de Portugal em nome de Filipe II de Espanha

Madrid para serem assassinados os mais activos patriotas, nem o arremesso doutros que da Torre de S. Julião da Barra eram lançados ao Tejo e assim morreram

afogados, nem os maus tratos nas cadeias, que estavam atafalhadas de bons portugueses, conseguiram abafar as suas ânsias de liberdade e independência.

O 8.º duque de Bragança foi prudente, foi astucioso, mas não foi cobarde. Vendo quanto Portugal sofria, resolveu-se a correr os perigos da derrota e deu ordem ao seu procurador, João Pinto Ribeiro, para que, em seu nome, estimulasse os conspiradores. A duquesa, D. Luíza de Gusmão, sua esposa, apesar de espanhola, vivia aborrecida com os maus tratos de que os portugueses eram vítimas por parte dos seus patrícios e, por isso, incitava também os conspiradores.

Assim apoiados, no dia 1 de Dezembro de 1640, quarenta fidalgos portugueses, cujas reuniões conspiratórias se efectuaram em Lisboa em casa do conde de Almada, dirigiram-se ao palácio da duquesa de Mântua, governadora de Portugal, prenderam-na e entregaram-na à guarda dos dois filhos de D. Filipa de Vilhena que, para irem combater, ela armara cava-

leiros na véspera. Foi morto o renegado Miguel de Vasconcelos e proclamado rei de Portugal o duque de Bragança, com o título de D. João IV. Acabou assim o cativo da Pátria de Nun'Álvares.

Série cronológica dos reis da 3.^a dinastia

Filipe I, (1580 a 1598) a quem os historiadores, pelas muitas promessas que nas côrtes de Tomar, fêz aos portugueses, afim-de melhor aceitarem o seu domínio, dão o título de **Prudente**;

Filipe II, (1598 a 1621) que, por haver sempre manifestado um profundo espírito religioso, é cognominado o **Pio**; e

Filipe III, (1621 a 1640) cujos territórios constituíam a maior monarquia do mundo naquela época pelo que é designado com o título de **Grande**.

Série cronológica dos reis da 3.^a dinastia

Monarcas que exerceram sobre Portugal um domínio despótico, odioso e originador de revolta



Filipe I—o prudente: aclamação do rei nas côrtes de Tomar, após a derrota do Prior do Crato na batalha de Alcântara; promessas feitas aos portugueses nas mesmas côrtes com o fim de lhes adormentar o sentimento patriótico; perda da nossa esquadra que partiu para a Inglaterra incorporada na *Invencível Armada*; destruição dos portos de S. Vicente, Santos e Olinda, no Brasil, em virtude do rei não cuidar da sua defesa.



Filipe II—o pio: lutas da Espanha com a Holanda e encerramento do pórtico de Lisboa aos navios daquele país; apreensão de 40 navios holandeses e partida de esquadras da Holanda para a Índia a-fim-de comerciarem e nos guerrearem; nomeação do traidor Cristóvam de Moura como vice-rei de Portugal; retirada da artilharia portuguesa para Espanha, a-fim-de nos tornar totalmente impossível a rebelião contra os tiranos.



Filipe III—o grande: violências e extorsões do Conde Duque de Olivares, sancionadas pelo rei; leva de soldados para os Países-Baixos; perda de Malaca e parte do Brasil por culpa do rei e do seu malvado ministro; nomeação da Duquesa de Mântua como governadora de Portugal e do seu secretário, o renegado Miguel de Vasconcelos; gloriosa revolução de 1 de Dezembro de 1640; morte de Miguel de Vasconcelos e restauração da nossa amada independência.

CONSOLIDAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA

D. João IV e D. Afonso VI

(O P.^o António Vieira. — O Conde de Castelo Melhor)

Triunfante a revolução de 1640, o duque de Bragança saiu de Vila Viçosa e, em companhia da esposa, dirigiu-se a Lisboa onde foi aclamado rei, fundando assim a quarta dinastia, chamada de Bragança, ou brigantina. A alegria do Povo era enorme, mas o novo rei, em tudo previdente, não se deixou deslumbrar e quando a Câmara de Lisboa projectou grandes festejos, D. João disse aos vereadores: «Guardemos as alegrias para depois. Agora tratemos de nos defender». Ele bem sabia que Filipe III não se conformava com a perda de Portugal e a maior prova estava na perseguição do infeliz D. Duarte de Bragança, seu irmão, que veio a morrer em ferros de el-rei de Espanha.

Cuidou, portanto, imediatamente, da organização do exército, de acordo com as cortes que reuniu em Janeiro de 1641. E com tal heroísmo os nossos soldados combateram, que Matias de Albuquerque infligiu aos espanhóis a primeira grande derrota na batalha de Montijo.

Mas não era só pelas armas que era preciso consolidar a independência de Portugal; era também conseguindo o apoio dos outros países à nossa separação de Espanha. Para esse resultado trabalhou muito o grande orador sagrado P.^o António Vieira, a



D. João IV

quem D. João confiou a educação do príncipe herdeiro, D. Teodósio, que infelizmente a morte impediu de chegar a ser rei. O P.^o António Vieira foi conselheiro do rei e várias

vezes este o enviou ao estrangeiro em negociações diplomáticas importantíssimas. Cabe a este célebre padre a glória de haver sido um dos maiores partidários do fim da escravatura no Brasil.

*

* * *

Durante o governo de D. João IV regressaram à posse de Portugal algumas das colónias que nos haviam sido tomadas. Salvador Correia de Sá expulsou os holandeses de Angola e de S. Tomé.

No Brasil, o madeirense João Fernandes Vieira, um negro chamado Henrique Dias e André Vidal de Negreiros venceram os holandeses na batalha dos Gararapes.

O nome português readquiria assim o respeito que perdera no estrangeiro pela acção desgraçada do governo dos Filipes.



Reconquista de Angola por Salvador Correia de Sá



D. Afonso VI

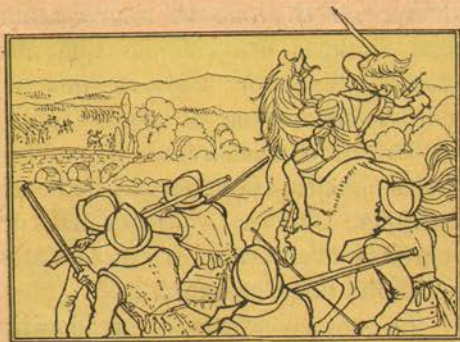
*

* *

Após o falecimento de D. João IV, assumiu a regência a rainha D. Luíza de Gusmão, senhora de grandes virtudes e energia. Como a Espanha lutava com dificuldades para organizar fortes exércitos que nos submetessem, passou-se o tempo da regência em escaramuças nas fronteiras.

Entretanto atingiu a maioridade o herdeiro do trono, D. Afonso VI, que foi logo aclamado rei.

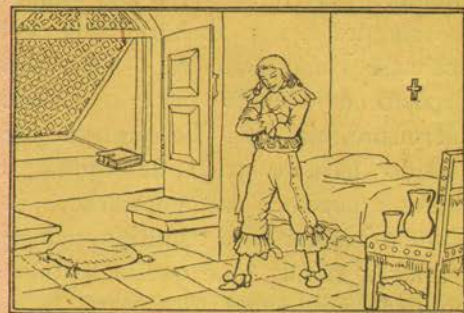
D. Afonso VI sofrera em criança uma doença grave que lhe atingira um pouco as faculdades mentais. Teve, porém, a bôa sorte de escolher para primeiro ministro um português ilustre, de nome Luiz de Vasconcelos e Sousa, 3.º Conde de Castelo Melhor. O enérgico estadista organizou o nosso exército de tal forma, com o auxílio do general francês Conde de Schomberg, contratado para êsse efeito, que os espanhóis foram derrotados: na *Batalha das*



Batalha de Montes Claros, uma das mais importantes da Guerra da Restauração, que durou 28 anos

Linhas de Elvas por D. Sancho Manuel e pelo Marquês de Marialva; na do Ameixial por D. Sancho Manuel e pelo general Schomberg; na de Castelo Rodrigo por Pedro Jacques

de Magalhães; e na de Montes Claros pelo Marquês de Marialva e Schomberg. Com excepção da de Castelo Rodrigo, que se feriu na Beira



D. Afonso VI em Sintra

Baixa, tôdas as outras se decidiram no Alto Alentejo. E assim se firmou de vez a independência de Portugal.

O govêrno de D. Pedro II; Paz com a Espanha; Guerra da Sucessão.— O Marquês das Minas entra em Madrid

D. Afonso VI foi deposto sob a acusação de que, por motivo de doença mental, era incapaz de exercer o govêrno convenientemente. Na verdade a Nação via mal a quási loucura do rei e, por isso, uma parte da nobreza e do exército preferia-lhe seu irmão, o Infante D. Pedro, homem assisado mas ambicioso. Para a deposição do rei contribuiu também a rainha, D. Maria Isabel Francisca de Saboia, visto que marido e mulher se davam muito mal, sobretudo por causa do apóio com que o rei distinguia o Conde de Castelo



D. Pedro II

Melhor. E como o rei não tinha filho algum que lhe sucedesse, isso facilitou a D. Pedro que o país o aceitasse como novo rei. D. Afonso VI foi, pois, deposto e enviado para o castelo de Angra do Heroísmo, na Ilha Terceira, donde mais tarde foi trazido para o paço de Sintra, em que faleceu. Antes, porém, da deposição, já o Conde de Castelo Melhor fôra demitido, principalmente por contrariar a rainha, que queria a todo o custo dirigir a política de Portugal.

D. Pedro II, em 1668, assinou a paz com a Espanha, em condições inferiores às que pretendia e talvez obtivesse o Conde de Castelo Melhor.

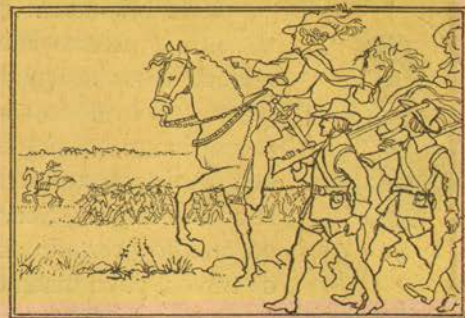
*

* *

Mal refeito Portugal da Guerra da Restauração, que durara 28 anos, viu-se de novo envolvido numa guerra com o país vizinho, porque o seu rei, Carlos II, faleceu sem herdeiro forçado e designou em testamento, como novo rei de Espanha, o neto de Luiz XIV, de França — o duque Filipe de Anjou. O arquiduque Carlos de Áustria pretendia também o trono; e as nações europeias formaram dois partidos: um, agrupando a França, Espanha e Portugal, a favor do duque de Anjou; outro, constituído pela Inglaterra, a Holanda e a Áustria, a favor do arquiduque Carlos.

Esta guerra, a que fomos arrastados por influência exercida anteriormente pela rainha D. Maria Isabel Francisca de Saboia, foi desastrosa para Portugal e mais nos valia ter ficado neutros. E como a França não cumpriu os contratos que conosco

firmara, passámos a defender Carlos de Áustria, tendo um exército português, comandado pelo Marquês das Minas, entrado em Madrid e feito aclamar o



Entrada do Marquês das Minas em Madrid, durante a Guerra da Sucessão do trono de Espanha

arquiduque, com o título de Carlos III, de Espanha.

Este triunfo foi de pouca dura e o arquiduque não chegou a ser rei de Espanha, porque os aliados o abandonaram logo que o viram aclamado imperador da Áustria. A guerra terminou pelo tratado de Utrecht, feito já no reinado de D. João V, segundo o qual a Espanha e a França não podiam estar sob o governo do mesmo rei.

Engrandecimento do poder real

(D. João V e D. José)

Embora nos reinados anteriores a forma de governo fôsse também o absolutismo, pois que os reis não eram obrigados a convocar as côrtes em épocas certas e por isso só as reüniam para a solução de casos graves ou quando isso lhes convinha, o absolutismo dos reis acentuou-se mais no tempo de D. João V e de D. José I.



D. João V

Este rei nunca convocou as Côrtes, mas é preciso não esquecer que a reunião delas acarretava grandes despesas. Além disso só tinham carácter consultivo, e quasi tôdas as resoluções que o rei tomou estavam bem no espírito da Nação. Serve de exemplo a do auxílio prestado ao Papa para que os turcos, povo maometano inimigo da

Religião Católica, os quais ajudámos a derrotar na batalha naval de Matapan, não pudessem invadir e assolar a Europa.

Com D. José I o poder real não conheceu limites e, assim, o seu primeiro ministro, Marquês de Pombal, se é certo que fez progredir muito o comércio, a indústria e a agricultura, pôde cometer, à sombra do rei, algumas injustiças e as mais extraordinárias violências.

As grandes construções

Aqueduto das Águas Livres—Convento de Mafra

A cidade de Lisboa desde tempos muito antigos lutava com falta de água. O procurador da cidade, Cláudio Jorge do Amaral, propôs a D. João V a canalização da «Água Livre» que se encontrava a considerável distância da capital, mas que lhe era indispensável. O rei «Magnânimo» aceitou a proposta; e para as despesas de tamanha obra foram lançados tributos sobre o vinho, o azeite, a carne, o sal e a palha. O aqueduto foi começado em 1731, levou 66 anos a fazer, tem 127 arcos e custou treze milhões de

cruzados. Com a água que êle conduzia se alimentaram desde logo 18 chafarizes distribuídos pelos pontos mais centrais da cidade. Esta obra foi duma grande utilidade, mas para ela já não chegou o ouro do Brasil.

*

*

*

Outra construção grandiosa de D. João V foi o célebre convento de Mafra. O rei vivia desgostoso porque não tinha sucessor. Um frade predisse que nasceria um herdeiro do trono se o rei se resolvesse a construir um convento na vila de Mafra. D. João fez a promessa e deu-se o caso de, passado um ano, nascer uma princesa. O rei cuidou logo de cumprir o voto com a grandeza que usava em tudo. Só para abrir os alicerces se empregavam 30 arrobas de pólvora por dia. Chegaram a trabalhar 50.000 homens nas obras. As tôrres da igreja do convento sustentam 114 sinos. O maior de todos ouve-se a 15 quilômetros de distância. Os órgãos, as estátuas, os paramentos religiosos, tudo revela uma riqueza imensa. É certo que não nos encanta como a lindíssima igreja da

Batalha, porém a sua grandeza



Construção do Convento de Mafra, o maior edifício de Portugal, em que D. João V dispendeu parte das riquezas do Brasil

assombra todos aqueles que o visitam. A D. João V se deve também o Palácio das Necessidades e a riquíssima capela de S. João Baptista, instalada na igreja de S. Roque, em Lisboa.

Cabe a êste monarca a honra da fundação da «Academia Real da História Portuguesa», que teve elementos de muito valor como Diogo Barbosa Machado, que escreveu a «Biblioteca Lusitana», D. António Caetano de Sousa e outros.

O Marquês de Pombal

Reconstrução de Lisboa

A D. João V sucedeu seu filho D. José I, já de 36 anos de idade e sem experiência da administração do país, porque êste o afastou sempre dos negócios do estado — o que foi um êrro grave. Por conselho de sua mãe, D. Mariana de Áustria, o rei D. José nomeou o antigo embaixador português na Áustria, Sebastião José de Carvalho e Melo, ministro de estado. É mais conhecido pelo título de Marquês de Pombal. A protecção da rainha viúva deve-se ao facto do Marquês haver casado com uma senhora austríaca, sua amiga. Em breve o novo ministro se apoderou de tal forma do espírito do rei, que tudo o que se fazia era de sua iniciativa.

Em 1755, no dia de «Todos os Santos», 1 de Novembro, houve em Lisboa uma grande desgraça: pelas 9 horas da manhã a terra começou a tremer com tal violência que muitas casas abateram, matando os ha-



D. José I

bitantes. Surgiram incêndios em diferentes pontos da cidade e o terramoto, que durou 7 minutos, calcula-se que tivesse causado 10.000 vítimas, entre mortos e feridos. Em ocasião tão aflitiva o novo ministro deu provas da sua energia em remediar os males, dispondo tudo para se «tratar dos vivos e enterrar os mortos». Vieram muitos socorros do estrangeiro, principalmente de Inglaterra. A parte baixa de Lisboa, que o terramoto destruiu, foi depois reconstruída por ordem do Marquês, segundo os projectos do distinto architecto Eugénio dos Santos, nos quais predomina o uso e abuso das linhas rectas.



Terramoto de 1755, que causou a destruição da parte baixa de Lisboa, mandada depois reconstruir pelo Marquês de Pombal

*

*

*

Em 3 de Setembro de 1758, D. José, indo de carruagem de Belém para a Ajuda, foi alvejado a tiro e atingido no braço direito. Dêsse atentado, que possivelmente não era dirigido contra o rei mas contra um seti protegido de nome Pedro Teixeira, foram dados como responsáveis os Marqueses de Távora, o Duque de Aveiro, o Conde de Atouguia e alguns

criados. Presos, processados e condenados à morte, foram justicados bárbaramente em Belém e as suas cinzas arremessadas ao mar.

*

* *

Como instigadores do atentado, foram apontados os membros da Companhia de Jesus e em especial o Padre Gabriel Malagrida. Por este motivo e por erros que lhes eram atribuídos no Brasil, o Marquês de Pombal promoveu o confisco dos bens da Ordem e a prisão e expulsão dos seus membros de todo o território português.

*

* *

O patíbulo de Belém pôs fim às resistências que a nobreza pudesse oferecer à acção do Marquês. A expulsão da Companhia de Jesus praticamente atin-

giu o mesmo fim. Desta forma se robusteceu o absolutismo de D. José, ou antes do Marquês de Pombal.

*

* *

Portugal
deve ao Mar-



Suplício bárbaro dos Távoras, acusados de autores do atentado contra a vida de D. José I

quês obras de grande utilidade nacional, tais como: a criação do ensino primário oficial, a da primeira escola comercial sob o nome de «Aula de Comércio», a reforma da Universidade, a reorganização do exército e da marinha, a fundação de diversas indústrias como as de tecidos, papel, etc., a ressurreição da fábrica de vidros da Marinha Grande, a fundação da Companhia dos Vinhos do Alto Douro, da Companhia do Grão Pará e Maranhão, etc.

A acção do Marquês, em sentido geral, foi, pois, benéfica para Portugal e no seu tempo os progressos atingiram todos os ramos da actividade da nação: comércio, agricultura, indústria, marinha, exército, instrução, etc. Os serviços que prestou fazem, portanto, esquecer alguns erros praticados.

Governo de D. Maria I

Academia Real das Ciências — Biblioteca de Lisboa

Pelo falecimento de D. José I subiu ao trono sua filha, D. Maria I, e os inimigos do Marquês de Pombal rejubilaram porque a rainha não simpatizava com o enérgico ministro de seu pai. Próximo do faleci-



Interrogatórios feitos ao Marquês de Pombal, em virtude do processo que as famílias dos supliciados de Belém lhe moveram

mento do rei, o Marquês pediu a demissão, pois sabia que, se a não pedisse, em breve lha haviam de dar. Retirou-se para a vila de Pombal, mas os inimigos não sossegaram.

Quando saíram das prisões os fidalgos que êle havia encerrado, tudo se virou contra êle. Da estátua de D. José, que o Marquês fizera erigir no Terreiro do Paço, em Lisbôa, foi arrancado o medalhão com o retrato do ministro decaído. Depois processaram-no, condenaram-no por abuso de autoridade, foi proclamada a inocência dos Távoras e o Marquês foi desterrado.

Mas o impulso que Sebastião de Carvalho e Melo dera às indústrias, à instrução e a outras actividades nacionais não pôde parar — até os seus maiores inimigos tiveram de o continuar. Fundou-se, pois, a *Academia de Marinha* para habilitação dos officiaes da armada; a *Academia da Fortificação* para preparar os engenheiros e artelheiros do exército; a *Casa Pia*, por iniciativa do intendente geral da policia, Diogo Inácio de Pina Manique, para receber e educar os órfãos, aos quais devia dar uma profissão; a *Biblioteca de Lisbôa*, para arquivo dos livros e outras publicações; e a *Academia Real das Ciências*, empreendimento notável do sábio Duque de Lafões e do erudito abade Correia da Serra.

Todos estes estabelecimentos provam que o reinado de D. Maria I foi fecundo no campo da instrução pública. Mas a rainha era de espirito fraco e a comoção que lhe provocou a morte do filho mais velho, D. José; o falecimento do marido, D. Pedro III, seu tio; as notícias trágicas



D. Maria I

da Revolução Francesa, que levara à guilhotina o rei Luiz XVI, e a agitação dos espíritos em Portugal fizeram com que enlouquecesse, e seu filho segundo, D. João, se visse obrigado a assumir a regência.

As invasões francesas. Importância política da saída da côrte para o Brasil

A morte de Luiz XVI, que, já no cadafalso, se declarou inocente dos crimes que lhe atribuíam e pediu a Deus que o seu sangue não caísse sôbre a França como origem de desgraças, determinou da parte dos reis das outras nações a resolução de castigarem a França. Portugal juntamente com a Espanha atacaram-na pelos Pireneus, na campanha do Roussilhão, onde os portuguezes se bateram valentemente. Tendo havido uma modificação no govêrno francês, pela extinção do tribunal revolucionário, a Espanha assinou a paz com a França, abandonando-nos vergonhosamente. A França, porém, não esqueceu o nosso ataque.

Mais tarde, como a Inglaterra continuasse a guerrear a França, e a nossa esquadra, ao lado da inglesa, comandadas pelo almirante inglês Nelson, ajudasse a derrotar a esquadra francesa na batalha de *Aboukir*, o ódio da França mais se acendeu contra nós.

Tinha a França, nesse tempo, um grande general, chamado Napoleão Bonaparte, que veio a ser imperador daquele país e escreveu na *Ordem do Exército Francês* que se refere àquella batalha, as seguintes palavras: «*Tempo virá em que a nação portuguesa pagará com lágrimas de sangue o ultraje que está fazendo à República Francesa*». Corremos, pois, a sorte



Entrada dos franceses em Portugal, sob o comando do general Andoche Junot, enviado de Napoleão Bonaparte

Napoleão dera ordem ao nosso regente, D. João, que fechasse os portos aos navios ingleses, para assim colaborar no «*bloqueio continental*». Como não foi totalmente obedecido, resolveu efectuar a conquista de Portugal e enviou contra nós um exército de 30 mil homens, sob o comando do general Andoche Junot. Na véspera, D. João, a rainha louca e a côrte embarcaram para o Brasil, causando assim o desespero do povo. A Inglaterra enviou-nos sem demora contingentes de tropas destinadas a combater os franceses, de colaboração com os nossos soldados, e, assim, o exército anglo-luso, bem disciplinado, derrotou Junot nas batalhas de *Roliça* e *Vimeiro*, e obrigou-o a retirar de Portugal sem ter efectuado a ambicionada conquista.

Mas Napoleão era persistente e por isso a segunda invasão francesa não se fez esperar. Foi comandada pelo general Nicolau de Deus Sout e compunha-se de 24.000 homens. Entrou por Trás-os-Montes, dirigiu-se a Braga, que não pôde resistir, e entrou como

da Inglaterra na guerra contra a França de Napoleão. Ficámos sem Olivença numa das fases da guerra mas honrámos a nossa aliança.

Desejoso de esmagar a Inglaterra,

vencedor no Pôrto. O povo fugiu, e tendo-se rompido nessa ocasião a ponte das barcas, sobre o Douro, ali morreram afogados muitos portugueses. O general inglês Wellesley deu o assalto ao Pôrto e Sout viiu-se obrigado a retirar, pelo que Napoleão o censurou àsperamente.

A tenacidade de Napoleão não quebrou ainda e, portanto, enviou contra Portugal um novo exército de 80.000 homens sob o comando de André Massena, que nunca fôra vencido, e, por isso, era chamado o «*filho querido da vitória*». Foi, porém, derrotado na batalha do *Buçaco* pelas tropas anglo-lusas sob o comando do Duque de Wellington, Artur Wellesley, e teve a mesma triste sorte de Junot e Sout.



Batalha do Buçaco. Nela os anglo-lusos, sob o comando do Duque de Wellington, venceram o exército francês comandado pelo general Massena

*
* *
*

Tudo isto se passava na ausência de D. João VI que permanecia no Brasil. Com a longa demora da família real no Brasil muito beneficiou aquela nossa antiga colónia e tais e tantas foram as regalias que o monarca lhe deu, que o Brasil até no nome deixou de

ser colónia, visto que D. João o elevou à categoria de reino. Pagou-lhe assim o carinho com que o recebeu quando, por um acôrdo com a Inglaterra, se viu na necessidade de sair de Portugal para frustrar as intenções de Napoleão, que eram *prender a família real portuguesa e riscar o nosso país do mapa da Europa*. Por isto se vê o valor político da retirada do nosso rei.

As lutas liberais. A Revolução de 1820

A revolução francesa de 1789, que ensangüentou a França, pretendeu a todo o custo quebrar o sossêgo das outras nações. Para isso enviava-lhes jornais, livros e revistas com as idéas chamadas liberais, segundo as quais o poder é conferido ao rei pela nação, em contrário das absolutistas, segundo as quais o rei recebe o poder de Deus.

Quando Napoleão dominou parte de Portugal, exigiu que lhe enviássemos um corpo de tropas para o auxiliarem na guerra que mantinha com quasi tôda a Europa. A êsse pequeno exército português pertenceu um oficial chamado Gomes Freire de Andrade, que regressou à Pátria com o pôsto de general e vinha apaixonado pelas novas idéas que, mais tarde, causaram na nôssa terra uma longa guerra civil.

Durante as invasões francesas, entre os oficiais que a Inglaterra nos enviou comandando tropas para nos ajudarem a repelir o inimigo, veio um general chamado Beresford, que prestou grandes serviços a Portugal



D. João VI

durante a campanha contra os franceses. Foi êle quem disciplinou o nosso Exército e como, em tempo de guerra, o govêrno ou é exercido pelo poder militar, ou êste exerce sôbre o poder civil uma grande influência, daí proveio que a Junta Governativa, nomeada por D. João VI para administrar o País durante a sua ausência no Brasil, ouvia o parecer do general Beresford, que o nosso rei elevou a Marechal.

Os liberais portugueses não viam isto com bons olhos e promoveram, em 1817, uma conspiração que tinha por fim a abolição da monarquia absoluta e a expulsão de Beresford. Acusado de ser seu chefe, Gomes Freire de Andrade foi condenado à morte e executado em São Julião da Barra. Outros implicados na conspiração foram executados em Lisboa, no Campo de Santana.

Em 24 de Agôsto de 1820, rebentou no Pôrto, com os mesmos fins, uma revolução chefiada pelos civis *Manuel Fernandes Tomas, José Ferreira Borges e Silva Carvalho* e pelos militares *Sebastião Cabreira*, coronel de Artilharia, e *Bernardo Sepúlveda*, coronel de Infantaria. Em virtude dela, D. João VI voltou para Portugal; o marechal Beresford regressou à Inglaterra; e foi abolida a monarquia absoluta, regimen pelo qual, durante séculos de história gloriosa, foi governada a Nação Portuguesa.

A independência do Brasil

(1825)

A estada da côrte portuguesa no Brasil durante 14 anos proporcionou àquela nossa colónia um progresso extraordinário.

O exemplo de outros povos da América do Sul, que

se haviam emancipado da mãe pátria, fez nascer no espírito dos nossos irmãos brasileiros o desejo da independência. Por isso, em 7 de Setembro de 1822, junto ao ribeiro do Ypiranga, pela bôca do príncipe D. Pedro, filho mais velho de D. João VI, o Brasil declarou-se separado de Portugal. Em 12 de Outubro do mesmo ano, D. Pedro foi proclamado imperador do Brasil.

Em 1825, D. João VI reconheceu a independência do Brasil e o príncipe real D. Pedro como seu imperador.

As lutas liberais. D. Pedro e D. Miguel

(Duques de Palmela, da Terceira e de Saldanha, Mousinho da Silveira)

Em 10 de Março de 1826, faleceu D. João VI. Seu filho mais velho, D. Pedro IV, continuava imperador do Brasil, e não abdicou do trono brasileiro para vir governar Portugal. Preferiu, assim, ser chefe de estado na nossa antiga colônia, do que regressar à terra natal e trabalhar pela sua felicidade.

Em 29 de Abril do mesmo ano, outorgou-nos a *Carta Constitucional* e, três dias depois, transmitiu os seus discutíveis direitos à corôa portugueza a sua filha D. Maria da Glória, cujo casamento contratou com seu tio D. Miguel. Êste assumiria o encargo de governar Portugal até à maioria da espôsa. O casamento fez-se por procuração, em Viena de Áustria, donde regressou D. Miguel para desempenhar o seu alto cargo.

As côrtes, em Lisboa, é que não concordaram com as negociações de D. Pedro, aclamaram D. Miguel como rei de Portugal e restauraram a monarquia absoluta.

Então, no Pôrto, os liberais revoltaram-se, foram vencidos, fugiram para a Galiza e dali dirigiram-se à Ilha Terceira, que não acatara as resoluções das côrtes.

D. Pedro abdicou o trono do Brasil em seu filho, D. Pedro II, e embarcou para a Terceira e dali para Portugal, com 7.500 expedicionários, alguns deles estrangeiros. Desembarcou no Mindelo, perto de Vila do Conde, e dirigiu-se ao Pôrto, que D. Miguel mandou logo sitiado por um exército de confiança. Os partidários de D. Miguel descercaram o Pôrto, quando foi preciso irem-se-lhe juntar próximo de Santarém, onde se feriram duas batalhas decisivas: a de *Almoster*, ganha pelo *Marechal Saldanha*, e a da *Asseiceira*, que o *Duque de Terceira* venceu. Em virtude disto, D. Pedro assumiu a regência em nome da filha, D. Maria II, e D. Miguel saiu de Portugal.

Um dos estadistas que mais se salientaram durante a regência de D. Pedro, foi *Mousinho da Silveira*; e entre os diplomatas, o *Duque de Palmela*.

A monarquia constitucional

O novo regimen não trouxe, infelizmente, à nação a paz que lhe era precisa para poder progredir, porque os liberais, uma vez vencedores, deram o péssimo exemplo de se degladiar entre si.

Em 1836, a Guarda Nacional revoltou-se e restaurou a Constituição de 1822 e, em 1842, Costa Cabral promoveu uma revolta no Pôrto e repôs a Carta Constitucional. Entre as lutas fratricidas da época liberal, sobressai a da *Maria da Fonte*, ou *Patulcia*. Tudo isto afligia imenso a rainha.

A D. Maria II deve-se a fundação das Escolas Médicas de Lisboa e do Pôrto, do Conservatório de Música e da Escola Politécnica de Lisboa.



D. Pedro V

*
* * *

D. Maria II faleceu em 1852 e, após uma curta regência do rei consorte, D. Fernando, assumiu o governo seu filho, D. Pedro V, rei inteligente, trabalhador, estudioso, infeliz, bondoso e simpático. Fez progredir o país

com a *construção do primeiro caminho de ferro, a fundação do Curso Superior de Letras, a instalação do telégrafo eléctrico, etc.*

O seu reinado foi curto e atribulado especialmente por duas terríveis epidemias que assolaram o país: a *cólera-mórbus*, em 1856 e a *febre amarela*, em 1857.

D. Pedro V faleceu em 1861, tendo governado, portanto, pouco mais de 6 anos.

Como o monarca não deixou filhos, segundo o antigo direito de sucessão foi aclamado rei seu irmão D. Luiz I, que teve a boa sorte de dirigir a administração do país na época de maior paz da monarquia constitucional.

Os progressos continuaram no tempo deste monarca com a construção de *novas vias-férreas*, das duas grandes pontes sôbre o Douro, que ligam o Porto a Vila Nova



Inauguração do primeiro caminho de ferro (Linha do Norte) no reinado de D. Pedro V, de saudável memória

de Gaia, a *abolição da pena de morte*, a publicação do *Código Civil*, etc.



D. Luiz I

As grandes explorações africanas

D. João VI e todos os reis e governos que se lhe seguiram empenharam-se em promover o desenvolvimento das colónias. Esse cuidado acentuou-se logo após a perda do Brasil. É claro que, sendo Portugal um país de pequeno território na Europa, a colonização do Brasil o absorvia quasi por completo. Liberto dêsse encargo, e habituado a criar nações, preocupou-se logo com as suas colónias. Fizeram-se, pois, durante o reinado de D. Luiz I, à África, as notáveis expedições científicas de *Serpa Pinto*, *Brito Capelo* e *Roberto Ivens*. Partiram todos três de Benguela, mas passados alguns dias Serpa Pinto tomou rumo diferente e, percorrendo milhares de quilómetros da África desconhecida, foi ter a Pretória. Capelo e Ivens chegaram, mais tarde, à foz do Zambeze. Estas viagens encheram de glória o nome português.

Neste reinado tanto em Moçambique como em Angola algumas vezes os indígenas semi-selvagens se revoltaram contra o domínio português. Em Moçambique, a revolta do soba *Gungunhana*, foi dominada pelo valente oficial *Mousinho de Albuquerque*, que prendeu o chefe e o trouxe para Portugal; e em Angola, a tribo dos *cuamatos* foi submetida pelos regimentos do comando do capitão *Alves Roçadas*.



D. Carlos

*
* * *

A D. Luiz I sucedeu seu infeliz filho D. Carlos I. Logo no princípio do novo reinado afrontou-nos a Inglaterra com o *ultimátum* de 11 de Janeiro de 1890, por causa de territórios situados na África Oriental (Chire, Catunga e outros), dos quais fomos expoliados. Em tam grave momento não se verificou a união de todos os portugueses, o que muito desgostou o novo monarca. Em 31 de Janeiro do ano seguinte, estalou no Pôrto uma revolução, reflexo do desgosto causado pelo *ultimátum*, já com o fim de ser implantada a República, mas a revolta foi dominada.

Como a propaganda contra a Monarquia aumentasse constantemente, D. Carlos confiou o govêrno ao estadista João Franco, que se viu obrigado a governar em ditadura. Então os ódios aumentaram tam desordenadamente, que a linda História de Portugal foi manchada com um crime repugnante: o assassinato do rei e do príncipe herdeiro D. Luiz Filipe, em 1 de Fevereiro de 1908.

D. Carlos I, espírito de artista, pintor de talento, estudioso incansável, não merecia, bem como seu filho, tam negra sorte. Todo o país repudiou indignado o crime de que foram vítimas. Por motivo dêle subiu ao trono D. Manuel II, que governou pouco mais de 2 anos, isto é, até 3 de Outubro de 1910, dia em que eclodiu em Lisboa a revolução republicana. Resultou dela a abolição da Monarquia e a proclamação da República, em 5 de



D. Manuel II

Outubro do mesmo ano. D. Manuel II ausentou-se do País e no exílio mostrou sempre o seu amor a Portugal. A maior prova da sua devoção patriótica está na obra monumental que nos legou sôbre a época dos descobrimentos e no seu nobilíssimo testamento, pelo qual legou à Pátria os seus haveres, os seus livros queridos, as suas recordações de família.

A sociedade portuguesa nos fins do século XIX

A vida portuguesa foi-se modificando pouco a pouco, pelos tempos fora, até que no fim do último século era inteiramente diferente da de outrora. Os privilégios da nobreza e do clero foram sendo extintos lentamente e os seus membros, em face da lei, tornaram-se iguais a todos os outros cidadãos. Êles passaram a ter as mesmas obrigações para com o Estado. Esta igualdade das classes perante a lei teve o benéfico efeito de poderem os indivíduos de nascimento humilde chegar, pelo seu talento, a ocupar os mais altos cargos do Estado, tais como os de membros dos diferentes corpos administrativos, das côrtes e até de ministros do Estado.

As relações entre os homens facilitaram-se imenso com a invenção da máquina a vapor por Denis Papin a qual, por meio do caminho de ferro, aproximou os povos mais distantes. As indústrias desenvolveram-se maravilhosamente desde que a máquina a vapor lhes foi aplicada e o mesmo aconteceu com a navegação. Em resumo: o viver do povo refundiu-se por completo



Denis Papin

com o auxílio das máquinas. O próprio trabalho doméstico, como por exemplo a costura, se suavizou imensamente com a invenção da máquina de costura de *Thimonier* e quasi todos os outros trabalhos se simplificaram também.



Thimonier

A imprensa adquiriu um desenvolvimento incalculável e assim os grandes escritores puderam dar larga expansão às suas obras. Nos últimos tempos salientaram-se em Portugal: *Alexandre Herculano*, o nosso maior historiador; *Almeida Garrett*, romancista, poeta e dramaturgo; *António Feliciano de Castilho*, também romancista e poeta e, além disso, pedagogo; *Camilo Castelo Branco* e *Júlio Diniz*, brilhantes prosadores; *Antero do Quental* e *Guerra Junqueiro*, poetas de altíssimo valor, etc., etc. A *João de Deus*, o maior poeta lírico português do século passado, foi feita, nos últimos tempos da sua vida, uma grande manifestação nacional.

O comércio e a agricultura desenvolveram-se imenso no século XIX. Para isso contribuiu também o largo aumento das escolas de todos os graus de ensino: primário, técnico (agrícola, industrial e comercial), liceal ou secundário e superior.

Grandes escritores portugueses dos séculos XIX e XX



Almeida Garrett—Escreveu «D. Filipa de Vilhena», «Alfageme de Santarém», «Frei Luis de Sousa», «Romanceiro», etc.



Alexandre Herculano—Escreveu «História de Portugal», «Monasticon», «Lendas e Narrativas», etc.



António Feliciano de Castilho—Escreveu «Leitura Repentina», «A felicidade pela agricultura», etc., e traduziu obras primas de literatura estrangeira.



Camilo Castelo Branco—Escreveu «Amor de Perdição», «Amor de Salvação», «A doida do Candal», «O retrato de Ricardina», etc.

Grandes escritores portugueses dos séculos XIX e XX



Júlio Deniz – Escreveu «As Pupilas do Sr. Reitor», «Os fidalgos da Casa Mourisca», «A Morgadinha dos Canaviaes», etc.



João de Deus – Escreveu «Campo de Flores», de onde foi ultimamente extraído o «Livro de Amor» de João de Deus, e «Cartilha Maternal».



Antero do Quental – Escreveu «Sonetos», «Raios de Extinta Luz», «Odes Modernas», etc.



Guerra Junqueiro – Escreveu «Contos para a Infância», «Simples», «Oração à Luz», «Oração ao Pão», etc.

Série cronológica dos reis da 4.^a dinastia

- D. João IV**, (1640 a 1656) a quem a História, pelos esforços que empregou na restauração da independência de Portugal, dá o cognome de **Restaurador**;
- D. Afonso VI**, (1656 a 1683) que os historiadores apelidam, em virtude das vitórias que obtivemos sobre os espanhóis, de **Vitorioso**;
- D. Pedro II**, (1683 a 1706) que, por ter assinado a paz com a Espanha é denominado o **Pacífico**;
- D. João V**, (1706 a 1750) a quem, pela generosidade das suas dádivas e pela grandeza das construções que mandou fazer, foi dado o título de **Magnânimo**;
- D. José I**, (1750 a 1777) chamado, pelas reformas que autorizou o Marquês de Pombal a realizar, **Reformador**;
- D. Maria I**, (1777 a 1816) que, pelo fervor que punha na prática de todos os actos religiosos, mereceu o cognome de **Piedosa**;
- D. João VI**, (1816 a 1826) cuja bondade o levava a desculpar as ofensas que lhe faziam e por isso apelidaram de **Clemente**;
- D. Pedro IV**, denominado, pela coragem com que combateu na defesa do Pôrto, o **Rei-Soldado**;

- D. Miguel I**, (1828 a 1834) que, por haver retirado os direitos de sucessão a sua sobrinha D. Maria da Glória, é cognominado o **Usurpador**;
- D. Maria II**, (1834 a 1853) a quem, pela forma como educou os filhos e pelas escolas que fundou, é dado o título de **Educadora**;
- D. Pedro V**, (1853 a 1861) que, em virtude da sua grande bôa vontade de promover a felicidade do Povo, e ainda pela confiança que todos punham na sua inteligência, mereceu a designação de **Esperançoso**;
- D. Luiz**, (1861 a 1889) a quem, pela simpatia que o Povo lhe dedicava, foi dado o cognome de **Popular**;
- D. Carlos**, (1889 a 1908); e
- D. Manuel II**, (1908 a 1910), aos quais, oficialmente, ainda não foram aplicados os cognomes que merecem por ser muito recente ainda a sua actividade de governantes.

Visão de conjunto sôbre a vida nacional durante a 4.^a dinastia

A época que decorre entre 1 de Dezembro de 1640, e 5 de Outubro de 1910 abrange diversas fases distintas. A primeira, a mais importante de tôdas, consistiu no esforço enormíssimo de tôda a Nação para firmar a independência rehavida em 1640, isto é na *Guerra da Restauração* que durou 28 anos e abrange os reinados de D. João IV, D. Afonso VI e pequena parte do de D. Pedro II. As vitórias de *Montijo*, *Linhas de Elvas*, *Ameixial*, *Castelo Rodrigo* e *Montes Claros* provam forçosamente à Espanha que a independência de Portugal é indestrutível.

Segue-se depois a nossa interferência na *Guerra dos Sete Anos* que nenhuns resultados benéficos nos trouxe; contudo, o *Marquês das Minas*, entrando em Madrid à frente do exército português e dominando a capital espanhola por alguns dias, demonstra ainda que a Guerra da Restauração não nos deixara esgotados de forças para lutar quando fôr preciso.

Vem depois o tempo das grandes construções e D. João V levanta o *Convento de Mafra*, que enriqueceu de estátuas em que o talento de Machado de Castro se afirma; o *Aqueduto das Águas Livres*, que levou 66 anos a fazer e alimentou 18 chafarizes em Lisboa; o *Palácio das Necessidades*; a *Capela de S. João Baptista*, etc., etc., com o ouro do Brasil e o produto do célebre *impôsto dos quintos*.

A-pesar das riquezas vindas do Brasil, a miséria do povo é notável e o o *Marquês de Pombal* empenha-se em organizar as *indústrias* (papel, vidros, tecidos, etc.), a *agricultura* (proibição do aumento do plantio das vinhas), o *comércio* (fundação da Companhia dos Vinhos do Alto Douro, das da pesca, do comércio das Índias, do Maranhão, etc.) a *instrução* (criação do ensino primário oficial, da Aula do Comércio, do Colégio dos Nobres, reforma da Universidade, etc.); em reconstituir o *exército*; em reorganizar a *marinha*. Restaurou, assim, o prestígio de Portugal no estrangeiro.

A seguir vem a época das *lutas com a França* (Campanha do Roussilhão; invasão de Junot e derrota do seu exército na *Roliça* e *Vimeiro*; invasão de Soult e sua fuga à aproximação do exército anglo-luso; e invasão de Massena e sua derrota no *Buçaco* e nas *Linhas de Torres Vedras*). Segue-se o tempo da *resistência à propaganda das idéas liberais*, que não é possível dominar, pelo que surge a *Conspiração de 1817*; a *Revolução de 1820*; as *contra revoluções de D. Miguel e seu exílio para Viena de Áustria*. Sucede-se depois a guerra dos dois irmãos na qual avultam as batalhas de *Almoester* e *Asseiceira*, de que resulta a vitória decisiva dos liberais e proscricção de D. Miguel.

Após diferentes lutas dos liberais entre si, entrou-se numa época de sossêgo e D. Pedro V pôde dedicar-se ao progresso da Nação *criando escolas* e lançando o *primeiro caminho de ferro*. Seu irmão, D. Luiz I, continuou e ampliou esse esforço levantando a monumental *Ponte de D. Luiz e a de D. Maria Pia*, sôbre o

rio Douro, no Pôrto, e promovendo as gloriosas explorações africanas de *Serpa Pinto*, *Capelo* e *Ivens*.

À monarquia constitucional começam a opôr-se as idéas republicanas contra as quais D. Carlos luta arduosamente no final do seu reinado e é vítima dessa luta, no dia 1 de Fevereiro de 1908, êle e seu filho D. Luiz Filipe, o príncipe herdeiro. O sucessor, D. Manuel, não consegue dominar a propaganda republicana e o novo regimen é implantado pelas armas em 5 de Outubro de 1910, terminando assim, a 4.^a dinastia, fundada pelo oitavo duque de Bragança.

Série cronológica dos reis da 4.^a dinastia



D. João IV — o restaurador: aclamação do rei, após a revolução de 1640; prisão de D. Duarte de Bragança, seu irmão, que morreu em ferros de el-rei de Espanha; Guerra da Restauração e vitória de Matias de Albuquerque na batalha de Montijo; reconquista de Angola e S. Tomé por Salvador Correia de Sá; derrota dos holandeses na batalha dos Gararapes e sua expulsão.



D. Afonso VI — o vitorioso: organização do nosso exército pelo 3.^o Conde de Castelo Melhor, Luiz de Vasconcelos e Sousa; vitórias das Linhas de Elvas, Ameixial, Castelo Rodrigo e Montes Claros; prisão de D. Afonso VI, seu desterro para a Ilha Terceira (Angra do Heroísmo) e sua deposição; condução de D. Afonso VI para o paço de Sintra, onde faleceu.



D. Pedro II — o pacífico: assinatura, em 1668, da paz com a Espanha, pondo-se assim termo à Guerra da Restauração; Guerra dos Sete Anos ou da Sucessão do Trono de Espanha; entrada do exército português em Madrid sob o comando do Marquês das Minas.



D. João V — o magnânimo: consolidação do poder absoluto do rei; exploração das minas do Brasil; construção do Convento de Mafra, Aqueduto das Águas Livres, Palácio das Necessidades e capela de S. João Baptista, em Lisboa; fundação da Academia Real de História Portuguesa.

A Grande Guerra

Em 1914 rebentou na Europa a maior guerra de que há memória. Portugal viu-se envolvido nela por ser aliado da Inglaterra, que combatia a favor da França contra a Alemanha. Além disso os alemães eram nossos vizinhos em África e não escondiam a intenção antiga de se apoderarem das nossas colónias se vencessem na Europa.

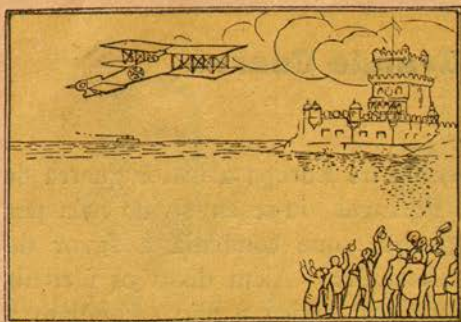
Em tempos tinham-nos arrebatado, de surpresa, a baía de Kionga, ao norte de Moçambique. Logo que entrámos na guerra retomámo-la e tratámos de defender as fronteiras desta colónia e as de Angola com tôda a valentia.

Contingentes de soldados portugueses partiram também para a França e prestaram, pelo seu heroísmo, um óptimo auxílio aos nossos aliados. Sofremos, é certo, o desastre de 9 de

Abril nas trincheiras do norte da França, porque os atacantes alemães eram em número muito superior. Mas a forma como os nossos retiraram, resistindo com va-



Terrível combate de "Nove de Abril" entre o Corpo Expedicionário Português, enviado ao Norte de França, durante a Grande Guerra, e contingentes do exército alemão



Viagem aérea de Gago Coutinho e Sacadura Cabral ao Brasil em 1922

seus compromissos de velho aliado da Inglaterra e que a sua aliança não é sem valor.

*

* *

Durante a vigência da República e pouco tempo decorrido após o fim da Grande Guerra, realizaram dois gloriosos aeronautas portugueses, *Gago Coutinho* e *Sacadura Cabral*, distintos oficiais da Armada, a primeira viagem aérea de Portugal ao Brasil, num avião frágil, o que provocou a admiração de todo o mundo civilizado. Gago Coutinho demonstrou nessa viagem a precisão do *sextante de Gago Coutinho*, aparelho de invenção portuguesa que êle adaptou à navegação aérea. Provaram também os dois grandes aviadores que no Portugal dos Descobrimentos continua viva, como outrora, a fé, o saber e a coragem que levou o nosso país a descobrir mais de meio mundo.

lencia ao inimigo, transformou êsse desastre num novo título de glória para o Exército Português. Portugal mostrou mais uma vez ao mundo que sabe honrar os

Reacção contra o parlamentarismo

Aconteceu com os republicanos o mesmo que pouco mais de meio século antes acontecera com os liberais: a desunião depois da vitória. Em frente do adversário, só pensavam em o derrotar; depois de o vencerem, cada um pretendia impôr os seus ideais, e muitas vezes, infelizmente, as suas paixões ou as suas conveniências particulares. Desta maneira, formaram-se logo muitos partidos que se combatiam encarniçadamente, enquanto os interesses da Nação eram esquecidos: as estradas — uma miséria; os monumentos nacionais — tristes ruínas; os portos — açoreando-se, ao abandono; a marinha de guerra — reduzida a alguns barcos sem valor militar; em suma, perdia-se o tempo em questões pessoais e de partidos, em revoluções que nos arruinavam e nos envergonhavam perante o estrangeiro. No parlamento reflectiam-se todos estes males e muitas vezes êle mesmo os causava, pois chegou a ponto de nem sequer votar os orçamentos que haviam de regular a arrecadação das receitas e pagamento das despesas públicas. A nossa dívida aumentava sempre e o País via-se a caminho da desgraça. Depois da Grande Guerra, o desvairamento político requintou, as greves revolucionárias eram quasi diárias, bombas assassinas explodiam a-miúdo, vitimando inocentes.



S. Ex.^a o General António Oscar de Frago Carmona, actual Presidente da República



O eminente professor
universitário, Dr. Antó-
nio de Oliveira Salazar
actual presidente do
conselho

Foi então que o exército, em 28 de Maio de 1926, sob o comando do general *Gomes da Costa*, tomou sobre si o governo e deu início a uma ditadura militar. Esta ditadura findou com a eleição da Assembleia Nacional, depois de sancionada por um plebiscito a Constituição da República, proposta à Nação pelo governo da presidência do notável professor universitário *Dr. António de Oliveira Salazar* e com a eleição do *Sr. General António Oscar de Fragoso*

Carmona para a presidência da República.

Da acção do Sr. Dr. Oliveira Salazar, cujas qualidades de trabalho e de persistência são dignas de admiração e de ser imitadas por todos os bons portugueses, resultaram, entre outros benefícios: a restauração da nossa rede de estradas; a construção de diferentes portos de mar; a ressurreição da nossa marinha de guerra; a construção de muitas escolas; a reconstrução dos monumentos nacionais que se haviam aruinado pelo abandono de muitos anos; e outros trabalhos importantes, obedecendo todos ao objectivo:

“A bem da Nação”.